

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ANDREI MIRANDA DA SILVA

PARTIDOS E ELEIÇÕES: as alianças dos partidos de esquerda nos processos eleitorais
para a Assembleia Legislativa do Pará (1998 a 2010).

Belém/Pará
2014

ANDREI MIRANDA DA SILVA

PARTIDOS E ELEIÇÕES: as alianças dos partidos de esquerda nos processos eleitorais para a Assembleia Legislativa do Pará (1998 a 2010).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Ribeiro Correa.

Belém/Pará
2014

ANDREI MIRANDA DA SILVA

PARTIDOS E ELEIÇÕES: as alianças dos partidos de esquerda nos processos eleitorais para a Assembleia Legislativa do Pará (1998 a 2010).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Ribeiro Correa.

Data de Aprovação: 21/11/2014.

Banca Examinadora:

Roberto Ribeiro Correa - Orientador
Doutor em Ciência Política
Universidade Federal do Pará

Edir Veiga Siqueira
Doutor em Ciência Política
Universidade Federal do Pará

Manoel Alves da Silva
Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Faculdade Ideal

AGRADECIMENTOS

A Deus, sem o qual a existência seria vazia e sem sentido.

Aos meus Pais, dona Jucimar e *in memoriam* seu Daniel, pelo amor, incentivo e apoio incondicional de todas as horas. Obrigado aos meus amigos, pelo encorajamento e credibilidade que depositaram na minha competência e qualidade pessoal, em especial ao Ms. Carlos França e sua esposa Roberta Loureiro, Ms. Luiz Carlos Feitosa, Ms. Sheyla Moraes, Jairo Chaves, Claudomiro Costa, Anderson Reis, e mais precocemente, o Ms. Carlos Siqueira, que não cansaram de estimular-me nesta caminhada exitosa

Ao Professor Dr. Roberto Ribeiro Correa, meu Orientador, pela sua paciência, dedicação e crédito no desenvolvimento do tema, sem o qual não seria possível a conclusão deste curso. A minha gratidão, respeito e incondicional admiração, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política que sempre, com a transmissão de conhecimentos, ajudaram nesta árdua e saborosa caminhada. Aos funcionários de nossa Secretaria, que com sua dedicação, paciência e carinho, foram fundamentais nesta empreitada.

À coordenação do PPGCP, na pessoa do Dr. Carlos Augusto de Souza, pelo apoio, compreensão, cobrança e estímulo.

[...]- Os compromissos rompem-se dum momento para outro. É exato; Às vezes ocorrem circunstâncias que desatam as mais solenes obrigações.

Senhora – José de Alencar

RESUMO

As análises sobre sistemas partidários vêm sendo tratadas pela Ciência Política sob vários enfoques. No caso específico deste trabalho, fizemos um apanhado sobre as primeiras análises sobre os sistemas partidários e eleitorais nos marcos democráticos a fim de seguir uma linha mestra, que nos levasse a compreender o sistema político brasileiro como um todo. E com isso, analisamos os sistemas partidário e eleitoral nacional quanto ao funcionamento e influências que exercem no processo de institucionalização do comportamento dos partidos políticos brasileiros. Neste sentido, a prática de coligações é um dos comportamentos, cada vez mais, utilizado como instrumento permitido pela legislação partidária e eleitoral brasileira, em que os partidos buscam se tornarem competitivos na arena eleitoral através de cálculos precisos que possam dar-lhes a segurança de ganhos eleitorais numa relação de custo e benefício. É nesse contexto, onde a prática coligacionista se tornou frequente, que analisamos as coligações feitas pelos partidos de esquerda nas disputas proporcionais para a ALEPA no período de 1998 a 2010. Sendo assim, a nossa análise centrou-se no fator de proximidade dentro da dicotomia ideológica esquerda/direita dos partidos que compuseram tais coligações, e as classificamos em termos de “consistência, meio-consistência e inconsistência”, a fim de identificar o comportamento dos partidos de esquerda como ideológico e/ou pragmático na maioria das vezes em que formalizaram coligações. Contudo, concluímos que os partidos de esquerda no Pará, nas disputas eleitorais para a ALEPA no período de 1998 a 2010, mantiveram em sua maioria comportamentos estratégicos e pragmáticos na formalização de suas coligações eleitorais para o parlamento local, e desta maneira conseguiram manter uma boa representatividade no mesmo, tendo em vista, que a maioria das vagas que conseguiram na ALEPA durante o período estudado, foram conquistadas através das coligações que formalizaram.

Palavras-Chave: Sistemas Partidários. Sistemas Eleitorais. Coligações Eleitorais. Partidos Políticos Brasileiros. Partidos de Esquerda no Pará. Ideologia.

ABSTRACT

The analysis of party systems are being addressed by the Science Policy under various approaches. In the specific case of this study, we made a round-up of the first analyzes of the party and electoral systems in democratic frameworks in order to follow a guideline that takes us to understand the Brazilian political system as a whole. And with that, we analyze the partisan and electoral national systems in the service and influences that have on the behavior of the institutionalization process of the Brazilian political parties. In this sense, coalitions of practice is one of the behaviors, increasingly used as an instrument allowed by Brazilian party and electoral legislation, in which parties seek to become competitive in the electoral arena through precise calculations that can give them the security electoral gains a cost-benefit ratio. In this context, where the coligacionista practice became common, we analyzed coalitions made by the left parties in proportional disputes for Alepa from 1998 to 2010. Thus, our analysis focused on the proximity factor in the dichotomy ideological left / right of the parties that made up such coalitions, and classified in terms of "consistency, medium-consistency and inconsistency" in order to identify the behavior of the Left parties as ideological and / or pragmatic most of the time in which formalized coalitions. However, we conclude that the left parties in Pará, in elections for Alepa in the 1998-2010 period, remained mostly strategic behavior and pragmatic in formalizing their Elei-torais coalitions for the local parliament, and thus managed to maintain a good-representatitiva of the same, given that the majority of seats that achieved in Alepa during the study period, were conquered through coalitions formalized.

Keywords: Supporters systems. Electoral Systems. Electoral coalitions. Political Parties Brazilians. Left parties in Para. Ideology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Classificação dos Partidos Políticos Brasileiros.....	38
Figura 2 -	A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do Estado do Pará na eleição de 1998.....	47
Quadro 1 -	Classificação das coligações proporcionais na eleição de 1998.....	50
Figura 3-	Vagas conquistadas pelas coligações e partidos na eleição de 1998.....	51
Figura 4 -	A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do Estado do Pará na eleição de 2002.....	53
Quadro 2	Classificação das coligações proporcionais na eleição de 2002.....	54
Figura 5-	Vagas conquistadas pela coligação e partidos de esquerda na eleição de 2002	56
Figura 6-	A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do Estado do Pará na eleição de 2006.....	57
Quadro 3	Classificação das coligações proporcionais na eleição de 2006.....	59
Figura 7	Vagas conquistadas pelas coligações e partidos de esquerda na eleição de 2006.....	60
Figura 8-	A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do Estado do Pará na eleição de 2010.....	62
Quadro 4 -	Classificação das coligações proporcionais na eleição de 2010.....	63
Figura 9 -	Vagas conquistadas pelas coligações e partidos de esquerda na eleição de 2010.....	65

LISTA DE SIGLAS

ALEPA	Assembleia Legislativa do Pará
CELPA	Central Elétrica do Pará
DEM	Democratas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido da Mobilização Democrática Brasileira
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Republicano
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	SISTEMAS PARTIDÁRIOS E ELEITORAIS	14
2.1	Sistema partidário brasileiro	20
2.2	Sistema eleitoral brasileiro	27
3	COLIGAÇÕES ELEITORAIS NO BRASIL	30
4	ESQUERDA E DIREITA: CONCEITOS EM MUDANÇAS	34
5	O JOGO DAS REGRAS	41
5.1	As Alianças dos partidos de esquerda nas eleições para a Assembleia Legislativa do Pará de 1998 a 2010	43
5.2	Análise dos dados eleitorais de 1998 a 2010	45
5.2.1	As coligações dos partidos de esquerda na eleição de 1998 no Pará	45
5.2.2	A esquerda e suas coligações para a assembleia legislativa do Pará na eleição de 2002	49
5.2.3	A aliança dos partidos de esquerda para a Assembleia Legislativa do Pará em 2006.53	
5.2.4	As alianças para a disputa eleitoral dos partidos de esquerda na busca por vagas na Assembleia Legislativa do Pará em 2010	56
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

Os partidos políticos são frequentemente mobilizados pelas mais diversas variáveis tais como: crenças, ideologias, interesses e até mesmo os símbolos que se encontram presentes em determinado sistema político. Seja numa disputa eleitoral, ou por políticas públicas e/ou econômicas, no desempenho dos governos ou na coalizão de sustentação dos mesmos na garantia das suas governabilidades, e ainda, nos comportamentos assumidos pelos parlamentares e eleitores. Entretanto, uma das principais características indicadora do comportamento que um partido pode adotar, passa cada vez mais despercebida no mundo contemporâneo, que é a ideologia. As diferenças em termos ideológicos da esquerda e direita tem-se reduzido consideravelmente, no que diz respeito, à postura que os partidos de esquerda ou direita tem assumido em relação às políticas econômicas e sociais, ou seja, ambas tem, através dos partidos, feito um caminho para o centro. O que não quer dizer que estes abram mãos das peculiaridades que justifica a sua existência e opção por qualquer uma das duas dimensões esquerda/direita.

No caso brasileiro, os partidos políticos tem funcionado muito mais como instrumentos para parlamentares e elites político-partidárias melhor se colocarem no jogo pelo poder político, uma vez, que os primeiros precisam estar filiados a uma legenda para poder concorrer em qualquer eleição, e o segundo, pelo fato de que, são essas elites dirigentes que respondem pelos negócios dos partidos, e toda e qualquer movimentação estratégica que estes venham a fazer passa pelo crivo dessa classe dirigente do partido. Tal situação ocorre, principalmente pelo grau de autonomia que os parlamentares e mesmo os quadros partidários políticos assumem em relação aos partidos, ainda que, sejam os mesmos, os legitimados para a disputa eleitoral, do ponto de vista, da exigência de se estar filiado a um partido para poder se candidatar a cargos eletivos. Cumpre ressaltar que esse grau de ingerência dos partidos na vida dos seus parlamentares e políticos é permitida pelo sistema partidário e eleitoral brasileiro, o que levamos a assertiva de que o fortalecimento dos partidos é algo não desejado pelos políticos, dificultando qualquer identidade social ou ideológica com as demandas da sociedade.

Contudo, mesmo com todas as críticas direcionadas aos partidos político brasileiros, no que tange ao papel de canalizadores das demandas da sociedade, não há dúvidas de que a democracia brasileira está consolidada em bases partidárias. São os partidos que selecionam as elites políticas e os possíveis parlamentares que irão formar governos e oposições, e ainda, os legislativos federal, estaduais, distrital (no caso do Distrito Federal) e municipais. Dentro desse contexto partidário brasileiro, configurado pelo multipartidarismo que surge com o fim

do bipartidarismo imposto pelo regime militar, é que percebemos a rotinização de comportamentos democráticos pelos partidos dentro dos limites impostos pela legislação partidária e eleitoral brasileira.

Com a emergência de um sistema partidário fragmentado, que em determinado momento pode representar a fragmentação do poder e projetos políticos diferentes no seio da sociedade brasileira, a criação de mecanismos que puderam conduzir para um consenso mais palpável foram introduzidos com o intuito de aumentar o controle e garantir a estabilidade política dentro dos marcos democráticos da participação popular. Comportamento muito utilizado nos países em que a participação política gerou uma sociedade mais democrática conforme já nos colocara Dahl (1989) em seu trabalho sobre a teoria democrática.

A criação de normas e instituições que regulamentam o jogo democrático, tem o objetivo de padronizar e conduzir o processo de disputa pelo poder dentro de determinado sistema político dando uma previsibilidade sobre os comportamentos dos atores políticos. Neste sentido, a institucionalização de comportamentos no seio de determinado sistema nos remete primeiro à aceitação das regras e à participação do jogo democrático, e posteriormente na maneira como os atores estabelecerão o seu jogo dentro do sistema político como um todo, dentre eles o partidário e o eleitoral.

A compreensão pelas elites partidárias de que, tão importante quanto as normas, são as maneiras como os partidos se movimentam e jogam as regras estabelecidas, ganhou importância, pois se tem reconhecido a influência que as regras tem no processo de definição dos vencedores no processo de disputa política. Um exemplo disso é a prática coligacionista dos partidos brasileiros nas disputas eleitorais, ou seja, a coligação é um instrumento que pode ajudar os partidos no encurtamento do trajeto a ser percorrido na busca de representatividade nas esferas de poder. Neste sentido, os partidos brasileiros passam a se comportarem como especialistas em eleições, ou seja, se apoderam das regras a fim de se tornarem competitivos, o que acaba reduzindo ainda mais a influência da dimensão ideológica na hora de escolher o melhor parceiro dentro de sua estratégia eleitoral, tornando-os altamente pragmáticos no jogo eleitoral.

Desta forma, dentro da perspectiva do neo institucionalismo da escolha racional é que buscamos neste estudo compreender a natureza coligacionista dos partidos de esquerda na disputa por cadeiras para a Assembleia Legislativa Paraense (ALEPA) no período de 1998 a 2010, ou seja, se o padrão das alianças eleitorais de tais partidos, ficaram limitadas ao campo ideológico ou se avançaram dentro das perspectivas pragmáticas de buscas por espaços de representação política do poder.

Nesta linha, no primeiro capítulo nos propomos a realçar teoricamente uma análise sobre os sistemas partidários e eleitorais nos utilizando dos teóricos clássicos sobre os temas, a fim de compreendermos algumas das principais características do sistema partidário e eleitoral brasileiro e iniciarmos uma descrição do papel desempenhado pelas coligações eleitorais no contexto brasileiro. E assim analisarmos a apropriação por parte das elites partidárias desse instrumento na tentativa de adotar a melhor estratégia para obterem êxito no processo eleitoral.

No segundo capítulo, faremos uma discussão teórica em torno da dimensão esquerda e direita assumida ao longo dos anos, e dentro de tal perspectiva localizar as questões em que essa dicotomia desenvolveu-se no contexto brasileiro, a fim de fazer uma caracterização dos partidos de esquerda brasileiros no sentido de delimitar os partidos que tem relevância analítica para o nosso estudo sobre as coligações eleitorais dos partidos de esquerda no Pará no período de 1998 a 2010.

No terceiro capítulo analisaremos as alianças realizadas pelos partidos de esquerda nos quatro pleitos eleitorais que compreendem o período de 1998 a 2010, para a assembleia legislativa do Pará, a fim de identificarmos a natureza ideológica ou pragmática, e ainda, seus ganhos eleitorais com as estratégias montadas de coligações que formalizaram para disputar as eleições para o legislativo local, ou seja, se os partidos de esquerda foram mais, estrategicamente pragmáticos ou ideológicos na hora de fazer alianças eleitorais no Pará. E buscamos responder a essa questão a partir da análise e classificação das coligações, utilizada por alguns autores brasileiros, que a fazem dentro do critério de proximidade ideológica dos partidos que participam de determinada coligação eleitoral, e as determinam como: consistente, meio consistente e inconsistente.

Concluiremos tecendo as afirmativas que chegamos quanto à natureza das alianças feitas pelos partidos de esquerda no Pará nas eleições legislativas de 1998 a 2010.

2 SISTEMAS PARTIDÁRIOS E ELEITORAIS

Os estudos sobre sistemas partidários tem sido um tema explorado há um certo tempo pela Ciência Política. No caso deste estudo, tornou-se fundamental olhar sobre as mais diversas análises dos sistemas partidários e eleitorais a fim de compreender o perfil dos sistemas brasileiros, e perceber o grau de influência que estes exercem na consolidação dos objetivos partidários da esquerda no Pará na eleição de representantes para a Assembleia Legislativa do estado. Uma análise mais geral sobre os sistemas partidários e eleitorais, nos possibilitou uma compreensão mais sólida do sistema político brasileiro, o que ajudou nosso trabalho na busca em responder, qual a natureza estratégica das alianças eleitorais feitas pelos partidos de esquerda no Pará de 1998 a 2010, a fim de as caracterizarmos como pragmáticas ou ideológicas, a partir das escolhas de seus parceiros de coligação, ou seja, dentro do grau de proximidade ou afastamento do eixo ideológico da esquerda.

Nesta perspectiva, ressaltamos que, um dos primeiros trabalhos sobre o sistema partidário foi de Maurice Duverger (1967) que estabeleceu as primeiras tipologias ao analisar países democráticos, diferenciando-os em bipartidários e multipartidários. Tendo, no bipartidarismo um estado natural da democracia, já que defende não haver meio termo nas decisões políticas, ou seja, a cada decisão tomada ocorre naturalmente uma oposição a confrontá-la. Desta forma, o bipartidarismo se configuraria, mesmo num ambiente onde ocorra a existência de terceiros partidos, desde que estes não impeçam os dois partidos dominantes de governarem sozinhos. Sendo assim, esses governos tem que estarem dentro da estrutura institucional de alternância do poder entre os dois partidos dominantes. É importante ressaltar, que mesmo ocorrendo um processo dualista natural, pode ser que este nem sempre esteja representado em partidos, e sim em tendências de demandas exigidas pela sociedade de forma geral.

Desta forma, o bipartidarismo onde os partidos se coloquem de acordo com as regras e fundamentos da organização e direção do Estado, num determinado regime político, significa para Duverger (1967) o único tipo possível, tendo em vista, não assumir qualquer estrutura totalitária que os partidos possam ter, sendo por isso, necessário à estabilidade do sistema político. Nessa caracterização feita por ele, o formato bipartidário se configura no número de cadeiras, ou cargos políticos que os partidos dominantes adquirem nos sufrágios eleitorais.

No caso do multipartidarismo, Duverger (1967) os caracteriza como o sistema em que tenha 03 (três) ou mais partidos no processo de disputa pelo poder do Estado, onde, a representatividade tem que estar devidamente distribuída em cadeiras ou cargos políticos entre tais partidos, para que o sistema possa ser considerado pluripartidário. Neste sentido, o surgi-

mento do multipartidarismo está relacionado diretamente com o grau de independência que os partidos oposicionistas mantêm entre si.

Na sua análise sobre os sistemas partidários, Duverger (1967) relaciona com os modelos propostos, do bipartidarismo e multipartidarismo, características do sistema eleitoral que podem influenciar diretamente nas formas assumidas por aqueles, no tempo e no espaço, em determinados países. Contudo, entende que as variedades do sistema eleitoral, tais como: o sistema proporcional, o majoritário simples e o de dois turnos, impactam diretamente sobre o número, natureza e estrutura dos partidos políticos, e ainda, sobre o padrão de relacionamento entre eles, e estabelece a partir dessas constatações suas leis sociológicas, onde, cada um desses sistemas tende a conduzir a um sistema particularizado e específico de partidos.

As leis formuladas relacionam os sistemas eleitorais aos sistemas partidários, ou seja, mostra as tendências que estes assumem; os escrutínios majoritários de único turno tendendo ao dualismo de partidos; a representação proporcional a um sistema de partidos múltiplos, consolidados e independentes; o escrutínio majoritário de dois turnos a um sistema de partidos múltiplos, com pouca rigidez e independentes.

Em suas análises sobre as tendências que um sistema partidário assume em determinado País, se baseia principalmente no número de cadeiras ou cargos políticos que os partidos venham a ocupar, e ainda, quanto deles estariam representados, como, os elementos caracterizadores de determinado sistema. Sendo assim, os escrutínios regidos pelo sistema eleitoral tornam-se o crivo que vai consolidar os sistemas partidários dentro de suas especificidades, interferindo nas estruturas partidárias, além da relação que os partidos passam a desempenhar entre si, na busca da consolidação dos seus objetivos.

Avançando nas análises sobre os sistemas partidários, Giovanni Sartori (1982) credita insuficiência nos critérios apenas numéricos mencionados por Duverger (1967) na classificação dos sistemas em bipartidários ou multipartidários. E estabelece, além do fator numérico de análise, o de relevância ideológica dos partidos políticos. Desta forma, Sartori (1982) estabelece duas regras para medir o grau de relevância de um partido, que são; o potencial de realizar coalizões e o poder de chantagem dos partidos. No caso da primeira regra, um partido é considerado irrelevante para uma coalizão, sempre que mantem-se no decorrer do tempo desnecessária a sua integração em qualquer coalizão majoritária possível. Sendo assim, considerado relevante quando este tem plenas condições ao longo do tempo de formação de pelo menos uma possível maioria parlamentar. Na segunda regra, o grau de relevância de um partido é medido pela experiência, ou aparência refletida em sua tática na competição partidária, ou seja, no seu desempenho ao jogar as regras do jogo, principalmente quando tem o poder de

mudar os rumos do mesmo, vale dizer, uma mudança de direção no que se refere às disputas pelo governo.

Neste sentido, para Sartori (1982), mais importante do que contar o número de partidos, seria analisar a força que venha a torná-los em partidos relevantes, ou mesmo, as fraquezas que os torna irrelevantes no processo de competição partidária. Contudo, embora não sendo possível mensurar a força de um partido de forma milimétrica, determinados países estabelecem cláusulas de barreiras, onde os partidos que não obtiverem um percentual exigido dos votos em determinada eleição, tem sua existência comprometida ou ficam sem representação parlamentar, obedecendo a certas exigências que são implementadas nos países que as adotam. Cumpre frisar, que tais cláusulas variam de um país para outro.

Ao falar de força partidária, Sartori (1982) refere-se primeiramente à força eleitoral que um partido pode obter, o que pode ser evidenciada com o número de cadeiras que conseguir conquistar eleitoralmente para o parlamento, e também, com a eleição de governos. Acrescenta-se a isso, o potencial de governo, ou seja, de coalizão, que se manifesta no grau de importância que determinado partido tem para a formação de uma união com outros partidos em torno do governo. Entretanto, mesmo manifestando força eleitoral, pode ser que determinado partido não exerça um potencial de coalizão que o coloque no papel de destaque. Sendo assim, ele acredita que o potencial de coalizão relaciona-se ainda, com a coerência ideológica dos partidos e a permissividade do sistema para que este venha a ser desempenhado.

Nesta lógica, a perspectiva de Downs (1999), de que o partido político é uma associação de homens dos mais diversos interesses, que se unem no sentido de minimizar o custo da satisfação dos mesmos, e ainda, na crença de que, o surgimento de novos partidos, esteja diretamente ligado à razão de determinado número de eleitores não se verem representados em seus anseios imediatos nas agremiações partidárias consolidadas, torna-se importante, sobretudo, pelo fato de, tais organizações partidárias atuando como canalizadoras dos interesses da sociedade no jogo político das democracias representativas e suas instituições e sistemas, logo tornarem inviável a ocupação dos espaços de poder político pelas massas da sociedade, que transferem a tais partidos a representação dos interesses mais imediatos junto ao poder político constituído.

Destá forma, baseado na contribuição de Michels (1982), a partir da sua análise do desenvolvimento dos partidos operários, entendemos ser crucial a presença de representantes que possam assegurar a realização da vontade das massas partidárias seja para dentro ou fora dos partidos políticos. É onde acrescenta que, mesmo nos grupos mais democraticamente formados, ocorre a delegação dos assuntos cotidianos, assim como, das mais importantes de-

cisões a serem tomadas, a indivíduos que fazem parte da agremiação partidária. Demonstra ser imperativo compreender, que a princípio esta delegação não coloca os indivíduos em posição superior a dos demais membros do partido, ou seja, continua na posição de igualdade, só que na condição de servidores da massa do partido. Contudo, à medida que as relações se desenvolvem no tempo e dentro dos marcos dos sistemas políticos, há a necessidade dos partidos políticos fazerem de seus quadros dirigentes, políticos profissionais.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível uma especialização técnica dos dirigentes partidários para conduzir os negócios. E com isso, o poder de decisão dentro dos intrapartidário passa a ser cada vez mais concentrado nas mãos dos seus dirigentes, e isto faz com que os demais membros percam influência sobre as decisões do partido, o que faz da classe dirigente e especializada um grupo com poderes cada vez mais autônomo em relação à massa partidária. Portanto, à medida que as máquinas partidárias tornam-se complexas e numerosas, os mecanismos de organização do mesmo dão nova forma na composição do partido, dividindo o mesmo em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida. Sendo assim, os partidos políticos como toda e qualquer organização teriam uma forte tendência para a configuração de oligarquias internas que ao usufruir de forma sistemática do seu controle sobre o partido torna cada vez mais ilusória o direito de controle atribuído à massa partidária (MICHELS, 1982).

Nessa lógica, compreendemos tais agremiações atuando dentro dos limites que o sistema partidário e eleitoral os impõem como condicionantes para se chegar ao poder político, seja ele constituído no legislativo ou executivo. Desta forma, as máquinas partidárias são subprodutos também dos sistemas partidários, tendo em vista que, agem no sentido de maximizar a satisfação dos seus interesses aos menores custos possíveis, apropriando-se das regras que instituem e legitimam o jogo pelo poder político. No entanto, cabe ressaltar que os partidos, antes, são produtos das inquietações da sociedade, que no caso do multipartidarismo, é percebida em sua pluralidade.

Contudo, sobre a institucionalização dos partidos, Mainwaring et al. (2001) nos assegura que, o grau, em que os mesmos encontram-se institucionalizados é a principal variável que diferencia as novas democracias (de terceira onda) das democracias consolidadas (TAROUCO, 2010). Na definição de Janda de partido institucionalizado, este é visto como uma organização independente de seus líderes passageiros e que tenha o seu papel definitivamente reconhecido pela opinião pública (TAROUCO, 2010). Contudo, reconhecemos que tal caracterização, ainda assim, é limitada para aferir o grau de institucionalização de um partido ou de um conjunto deles. Desta forma, a participação eleitoral é uma variável do grau de institucio-

nalização partidária e nos fornece alguns elementos que podem nos ajudar a compreender a natureza das alianças dos partidos de esquerda no Pará no período de 1998 a 2010.

Rose e Mackie (1988 apud BRAGA, 2010) nos remetem a um caráter dinâmico do processo de institucionalização, onde discutem a trajetória dos partidos verificando a permanência ou desaparecimento dos mesmos no tempo em determinado sistema partidário, e via eleições disputadas. No conceito de institucionalização formulado por eles, onde destacam ser esta uma das condições primordiais para a sobrevivência de um partido, apresentam três elementos caracterizadores do processo que indicam o grau em que os partidos estejam institucionalizados, que são: a existência de uma organização competitiva no nível das eleições nacionais, os partidos institucionalizados apresentam candidatos às disputas eleitorais nacionais, e por último, o terceiro elemento diz respeito à permanência dos partidos na competição por sucessivas eleições (BRAGA, 2010).

Considerando que o foco em nosso estudo são os partidos de esquerda e suas alianças na busca de eleger representantes para a assembleia legislativa do Pará. Dentro do arcabouço de uma nova institucionalidade que se construiu com a entrada em vigor do regime democrático, e situou o Brasil no contexto das novas democracias. O que assemelha os partidos de esquerda brasileiros aos partidos socialistas e os sociais-democratas europeus e considerados de esquerda, que já eram a esta altura caracterizados pela participação no jogo eleitoral como forma de se chegar ao poder político dos países na Europa. No caso brasileiro, os partidos de esquerda já surgem dentro do novo arcabouço institucional, sem ter a rigor de viver o dilema da decisão de participar ou não do jogo parlamentar “burguês”, que os partidos de esquerda europeus viveram, como nos colocou Przeworski (1989), em sua obra sobre os partidos de esquerda na Europa, sobretudo, os socialistas, operários e socialdemocratas.

Levando-se em consideração a importância que as instituições exercem sobre a configuração de determinado sistema eleitoral, Souza (1976) conclui que, a institucionalização dos partidos, depende do grau e forma que estes participam das decisões do Estado, ou seja, quanto mais centralizado o poder nas mãos estatais, menor será a efetividade dos partidos na condução dos interesses dos cidadãos, ou seja, a importância funcional do sistema partidário será simétrica à centralização burocrática estatal, na medida em que o primeiro concorre para a facilitação da articulação dos interesses e disputas eleitorais na medida em que institucionaliza o conflito em termos partidários.

Não obstante, não é menos verdade que o sistema eleitoral como conjunto de regras que institucionaliza e medeia o conflito partidário torna-se um determinante importante do sistema partidário, embora não seja o único. Lijphart (2008), reconhecendo tal importância do

sistema eleitoral, estabelece que este, se caracteriza por sete parâmetros que são; a fórmula eleitoral, a magnitude dos distritos eleitorais, a cláusula de barreira, o número total dos membros de uma assembleia eleita, a influência das eleições presidenciais sobre as legislativas, o grau de desproporcionalidade e os vínculos eleitorais interpartidários. Todas capazes de alterar comportamentos dentro de um sistema partidário e de representação, a partir de mudanças que venham a fazer em tais regras.

Desta forma, entendemos o sistema partidário e eleitoral de um País, numa relação de busca por uma complementariedade, que assegurem estabilidade e legitimidade para os conflitos partidários, ou seja, é resultado, sobretudo, da forma como o poder político está redistribuído internamente. Na transição brasileira do autoritarismo para a democracia, podemos observar no decorrer dos anos a transformação do sistema partidário brasileiro em um sistema competitivo e estabilizado, no que tange à aceitação das condições de participação nos jogos políticos e eleitorais pelos principais legitimados para tal participação, que são os partidos, e ainda, pela pulverização do poder com o fim do regime autoritário e o surgimento de novos partidos com vistas a disputar o poder político via eleições.

Dentro dessa perspectiva Lijphart (2008) em suas contribuições para o estudo das conexões entre os sistemas eleitorais e os partidários, nos assegura que todos os sistemas eleitorais tendem a produzir resultados desproporcionais quanto à representatividade dos partidos políticos, assim como, reduzir o número de partidos parlamentares comparando-os com o conjunto de partidos que disputam as eleições. Tendem ainda, a fabricar uma maioria parlamentar para partidos que não tenham recebido apoio majoritário dos eleitores, ou seja, uma sobre-representação dos maiores partidos em detrimento da sub-representação dos partidos menores.

No contexto brasileiro, respeitando as especificidades em que os nossos partidos de esquerda surgem, dentro desse novo contexto institucional, buscamos compreender a lógica da participação destes no sistema eleitoral brasileiro, a partir do trajeto que seguiram ao desenvolverem suas estratégias de sobrevivência levando em consideração suas escolhas racionais, mas também sua variável ideológica, principalmente na conformação de coligações como instrumento de diminuir os custos no processo de consecução de uma vaga na assembleia legislativa do Pará.

Nesse sentido, torna-se instigante a afirmação de Carlos Augusto da Silva Souza (2012) em sua análise sobre os padrões geográficos das coligações eleitorais no Brasil em 2002 e 2006 a partir da perspectiva ideológica dos partidos políticos, onde conclui que, mesmo havendo o interesse dos partidos em compor coligações dentro do mesmo espectro ideológico, este não é o fator determinante na composição das mesmas, pois, tais partidos visam

resultados satisfatórios no processo eleitoral, e com isso tornam-se pragmáticos. Desta forma, percebemos algumas regras do sistema eleitoral brasileiro influenciando significativamente no comportamento dos partidos brasileiros.

No caso deste estudo, nos referimos com ênfase na permissão pelo sistema eleitoral brasileiro de realização de coligações eleitorais para os cargos proporcionais, no processo de seleção dos eleitos, e ainda, nos condicionantes que podem garantir vida longa ou curta aos partidos, no sistema partidário brasileiro.

2.1 Sistema partidário brasileiro

O atual sistema partidário brasileiro foi formulado com a reforma partidária de 1979, que tinha como objetivo a supressão do bipartidarismo imposto pela ditadura militar e iniciou-se de fato com a eleição de 1982, em pleno processo de transição do regime político (MELO, 2004). O retorno ao pluripartidarismo trouxe para o pleito a participação de cinco partidos: Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT). Contudo, de acordo com Melo (2009) somente com a Emenda Constitucional nº 25 promulgada em 1985, é que ocorre, a flexibilização do processo de formação de novas agremiações partidárias, e, também, na própria interação dos partidos entre si, dando mais liberdade à vida partidária (NICOLAU, 1996). É importante destacar, que nesse processo de abertura política que o país passava, houve ainda, mais precisamente em meados da década de 80 do século anterior, a incorporação de setores sociais novos do ponto de vista da participação eleitoral da população brasileira, entre os quais destacamos: a extensão do direito ao voto aos analfabetos e a redução da idade limite para a participação no processo eleitoral para os 16 anos de idade.

O processo de debate, questionamento e acomodação dos interesses dos grupos políticos nesse processo de transição do regime, favoreceu a criação de novos partidos relevantes no contexto multipartidário que se rerepresentava a realidade brasileira. Já no início da década de 90, eram mais de 30 as legendas partidárias a integrar o novo sistema partidário brasileiro, embora muitos deles tivessem uma existência de pouca, ou mesmo, irrelevante durabilidade (MELO, 2009). Ressaltamos que tal contextualização deste período de abertura política é importante para o compreendermos mais adiante no ambiente em que os partidos de esquerda estiveram inseridos na desenvoltura de suas estratégias eleitorais na disputa por vagas na assembleia legislativa do Pará de 1998 a 2010, onde a participação em pleitos eleitorais é uma

das formas de percebermos o nível de institucionalização partidária de tais legendas ao analisarmos a forma como estes jogam com as regras que determinam o funcionamento dos sufrágios no Brasil.

Contudo torna-se importante ressaltar que o sistema partidário brasileiro dentro dos marcos de uma democracia com identidade coletiva só se estabeleceu nos anos 30, sob o comando de um estado autoritário. Antes disso estava vinculado a uma república oligárquica em que as duas principais oligarquias¹ do País se revezavam no comando do Estado brasileiro. E no decorrer da história independente do Brasil, este, até aqui, nunca conseguiu reunir as condições necessárias que pudessem consolidar um sistema partidário moderno, onde os partidos tivessem vínculos sólidos com a sociedade que representam. Mesmo a democracia que surgiu de forma tardia, veio acompanhada de um sistema eleitoral que pouco contribuiu para o fortalecimento da identificação dos partidos com a sociedade brasileira. O que fez do personalismo, fator preponderante nas relações políticas no Brasil, onde, geralmente eram encontradas lideranças avessas à existência e funcionamento de partidos. Tornando o sistema partidário brasileiro, com pouco, ou mesmo sem vínculo com a sociedade brasileira, de maneira suficiente para colocar esta em conexão com o processo decisório dos poderes políticos (MELO, 2009).

No caminho percorrido até chegar à democracia de massas, o regime político brasileiro sofreu diversas alterações, assim como, o processo de formação partidária. Interrupções bruscas e rearranjos políticos foram frequentes. Mesmo depois de experimentar a democracia, um golpe militar breçou o desenvolvimento democrático firmado nos anseios coletivos de participação. Desta forma, compreendemos dois períodos do desenvolvimento das estruturas políticas brasileiras como de maior participação democrática, que foi de 1945 até a implantação do governo militar de 64 e a do início dos anos 80, ainda na transição do regime autoritário para a nova era de governos civis, até os dias atuais. Onde o segundo, a partir das eleições de 82 já se tornou maior que o anterior em tempo e pleitos disputados.

Em sua comparação dos dois períodos Melo (2004) encontra semelhanças, ambas associadas a mudanças de regime político e dentro das estratégias formuladas no âmbito da esfera do Estado. Entre as quais, coloca a constituição de um sistema multipartidário como parte integrante de um arranjo institucional em que se ajustam presidencialismo, federalismo, bicameralismo, representação proporcional e lista aberta para a escolha de parlamentares. Somado

¹ A República Velha antes de 1930 era também conhecida como; a "República do Café com Leite", tendo em vista o revezamento no poder central das duas principais oligarquias do País, nesse caso, a paulista que era a maior produtora de café e a mineira que se destacava pela produção de leite.

a isso tudo, a magnitude das circunscrições dos entes federados, e ainda, a possibilidade de coligações nas disputas proporcionais e ausência de mecanismos que assegurassem aos partidos a posse dos mandatos dos seus eleitos. Contudo, é necessário ressaltar que a partir de 2008, o TSE através da Resolução nº 22.817 de 3.6.2008, estabeleceu o direito dos partidos sobre os mandatos eleitos via suas respectivas legendas. Dificultando dessa forma o processo de troca de partidos durante o cumprimento dos mandatos pelos eleitos, onde, passou a exigir que tais trocas, estejam condicionadas a discordâncias programáticas, perseguição política e conflito intrapartido, e a desfiliação sem justa causa torna o titular sujeito à perda do mandato (BRASIL, 2008).

Essa comparação e a mudança nas regras nos evidenciam um ambiente institucional criado que não deve ser negligenciado pelos partidos via suas elites dirigentes. Dentro dessa perspectiva, a análise de alguns aspectos do novo institucionalismo, nos dão suporte para compreender algumas questões, que vão desde a percepção da movimentação dos atores dentro de um cálculo instrumental, onde a política é vista como uma série de dilemas de ação coletiva e o resultado depende da interação estratégica pelos atores políticos dentro do ambiente institucional, ou seja, as instituições acabam afetando o cálculo dos atores e consequentemente os resultados, e ao determinar o tempo e ordenar as possíveis alternativas, assim como impor mecanismos de incentivo à cooperação e de punição para a desobediência ao conjunto de regras estabelecidas, torna mais previsível os comportamentos adotados pelos atores políticos (MELO, 2004).

Nesse sentido, a partir da contribuição de Braga (2010) entende-se a interação competitiva entre os partidos nas eleições como revelador da importância que o sistema partidário assume, tanto na legitimação do regime democrático representativo quanto na estruturação das escolhas e da participação popular. O que acaba redundando na institucionalização do conflito social e na estabilidade política, sendo necessário, medir o quanto o sistema partidário dá coerência e regularidade aos padrões de competições entre os partidos, ou seja, o quanto o sistema institucionaliza a participação, e com isso, a si mesmo. Dessa forma, de acordo com a contribuição de Przeworski (1989) e Mainwaring (1991), a institucionalização dos sistemas partidários deve ser observada pela análise do índice de volatilidade eleitoral, que é a transferência dos votos de um partido numa dada eleição para outro na eleição seguinte (BRAGA, 2010).

É importante ressaltar, que essa volatilidade eleitoral ao longo do tempo nos processos eleitorais, tem sido responsável pela sobrevivência e ou desaparecimento, e ainda, o surgimento de novos partidos políticos a partir dos que existem, pelo processo de fusão de duas

ou mais legendas. Essa situação torna complexa em alguns casos a análise sobre o comportamento eleitoral dos partidos políticos. No caso desta pesquisa, as análises sobre as alianças dos partidos de esquerda no tempo e seus comportamentos no período estudado, são feitos via número de pleitos disputados por estes, e ainda, sobre a formação de coligações eleitorais e suas conquistas na disputa por vagas para a ALEPA, levando em consideração a aproximação ideológica dos partidos que compuseram tais coligações.

A análise do comportamento eleitoral dos partidos de esquerda no Pará via estratégias ideológicas e/ou pragmáticas de alianças que os mesmos colocaram em prática no período de 1998 a 2010, é um aspecto fundamental para compreender a lógica de suas ações dentro do sistema partidário brasileiro. Contudo, cabe ressaltar que, embora percebendo a importância dos programas dos partidos no posicionamento que este tem dentro de um sistema partidário, reconhecemos através da contribuição de Budge, Robertson e Hearl (1987); Laver e Hunt (1992), e Klingemann, Hofferbert e Budge (1994) apud Lijphart (2008), que as plataformas oficiais dos partidos, ou mesmo seus manifestos, devem ser analisados com ressalvas, e embora possam fornecer elementos sobre o lugar onde se situam na política pública, principalmente, se levarmos em consideração como complemento, os pronunciamentos formais do partido, os debates em conferências partidárias, os discursos dos líderes dos partidos no parlamento e em outros lugares. A observância da verdadeira política defendida por um partido quando o mesmo está no poder, dá a possibilidade de conhecer a política promovida pelo mesmo quando este compartilha o poder governamental com um ou mais parceiros em uma coligação (LIJPHART, 2008).

Percorrendo a linha de Lijphart (2008), onde os partidos devem ter programas diferentes das características dos eleitores que representam, ainda que, existam uma mútua relação dos programas partidários com os interesses e necessidades daqueles que apoiam o partido. Ressaltamos que a identificação da dimensão temática dos sistemas partidários deve ser buscada nas diferenças entre as legendas partidárias, tendo em vista, determinadas questões importantes para um país, não constituírem dimensões temáticas no âmbito do seu sistema partidário. Logo, as análises para o autor devem concentrar-se nos partidos “relevantes”, ou seja, com potencial, tanto para formarem coalizões, como para exercerem a persuasão. Sendo assim, as questões políticas devem estar em destaque, e o foco deve recair sobre as dimensões temáticas duradouras no âmbito dos sistemas partidários.

No caso do presente estudo, a análise das peculiaridades do sistema partidário brasileiro atual que consolidou o processo de abertura democrática com a eleição de 1982 (MELO, 2004), torna-se de fundamental importância para a compreensão do comportamento dos parti-

dos de esquerda no Pará em seus objetivos de alcançar vagas na assembleia legislativa local. Nesse sentido, a análise do comportamento eleitoral nos ajudará num primeiro momento fazer a classificação das estratégias de alianças que seriam foco nesta análise, nos evidenciando o grau de pragmatismo dos partidos de esquerda. Para, além disso, a aceitação das peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro e a participação do jogo com suas regras estabelecidas nos mostra a lógica que orienta os partidos de esquerda num ambiente de disputas acirradas por uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA).

Contudo, Nicolau (1996) nos coloca que essa fase acirrada de disputa política pelos partidos brasileiros é uma segunda fase do sistema partidário brasileiro e que vai de 1989 até 1995, sobretudo com o recém-nascido multipartidarismo competitivo, onde segundo o mesmo, haveria um equilíbrio entre os partidos, ou seja, não ocorria a dominância absoluta de um partido em relação aos demais. Dentro de tal perspectiva de análise ressalta, sobretudo, que tal cenário é favorecido pelo gradual processo de abertura política, onde se abria para a legalização de outros partidos, além dos que já tinham adquirido, ainda no regime militar o seu registro definitivo.

Dentro da perspectiva da abordagem institucionalista, onde a forma como as instituições estão organizadas influencia diretamente nas estruturas do sistema partidário materializada na legislação, é que percebemos algumas características do brasileiro. Especialmente, no que diz respeito à legalização e organização dos partidos políticos no Brasil. Já no contexto de abertura política, verificou-se a proliferação de partidos, principalmente com o fim compulsório do bipartidarismo em 1979, e o afrouxamento nas exigências para a criação de novos partidos. Contudo, foi com a promulgação da Emenda Constitucional nº 25, que os ares democráticos passaram a soprar mais forte, com a inclusão de dispositivos na lei que possibilitou a reorganização dos partidos que tiveram em outrora seus registros negados ou mesmo cassados, favorecendo para a legalização dos partidos considerados comunistas, e também, para a participação nas eleições seguintes dos partidos que ainda não tinham o seu registro definitivo.

Com o fim do bipartidarismo em 1979, já no ano de 1980 o sistema brasileiro contava com cinco partidos que receberam seu registro definitivo ainda no regime militar. Embora, ainda na eleição de 1982, ter ocorrido o domínio do PMDB e PDS, as das duas principais legendas herdeiras da organização do regime autoritário, na conquista das vagas no Congresso, já que estas estavam fortemente enraizadas nas estruturas institucionais vigente por todo País, enquanto que os demais PTB, PT e PDT, com maior ênfase para o PT, buscavam consolidar seu espaço político de fora para dentro das estruturas (MELO, 2004). Contudo, a mudança no

sistema partidário e o favorecimento ao surgimento de novos partidos impulsionou, ainda assim, dentro de um processo gradual, a elaboração de um novo corpo de regras para o registro, participação eleitoral, acesso ao parlamento, ao fundo partidário e a outros recursos políticos, que os partidos brasileiros teriam que atender para se solidificar como instituição com direitos (NICOLAU, 1996).

A redemocratização trouxe ao sistema partidário brasileiro uma série de novas legendas, sobretudo, com a saída de diversas lideranças e parlamentares dos novos partidos que já tinham obtido o seu registro definitivo junto à justiça eleitoral brasileira, ainda no período de transição do regime militar para a democracia. No entanto, debates a respeito do grau de fragmentação partidária tem sido travados, a fim de compreender as razões da existência de tantos partidos no Brasil. Nicolau (1996), em suas análises sobre o sistema partidário brasileiro desconstrói o discurso de que a alta fragmentação partidária no País ocorria incentivada pelo sistema eleitoral brasileiro e suas regras, e nos assegura que a fórmula eleitoral utilizada no Brasil favorece os partidos grandes.

O sistema partidário brasileiro apresenta a exigência de um caráter nacional dos partidos, ou seja, não admite legendas regionais ou locais, tendo um partido que estar organizado em pelo menos nove estados, um terço dos estados brasileiros, para existir e ter direito a participar do jogo eleitoral e ser reconhecido junto ao TSE. Diante de tal exigência, somada às características fundantes desse novo multipartidarismo brasileiro, sobretudo, apoiadas no papel que os parlamentares desempenharam no processo de formulação das regras do sistema partidário e eleitoral, onde os partidos acabam se tornando agentes com poderes limitados em relação aos seus políticos, é que se configura o que Nicolau (1996) chamou de federalismo partidário, onde, mesmo estando organizados nacionalmente, os partidos brasileiros passariam a seguir a lógica de suas lideranças estaduais mais imediatas, ou seja, segundo o mesmo, haveriam 27 lógicas diferentes distribuídas pelo sistema partidário brasileiro que ditam o comportamento eleitoral e político dos partidos brasileiros.

Na mesma esteira de análise sobre o sistema partidário e eleitoral brasileiro Mainwaring (1991) ressalta que os políticos brasileiros optaram por um sistema eleitoral que privilegia os seus atributos individuais em detrimento do fortalecimento dos partidos políticos. O que contribuiu para manter o sistema político elitista como um todo, sobretudo em favor das elites partidárias que tornaram intactos seus mais diversos interesses. Essa autonomia se configura mais notadamente na manutenção de um sistema eleitoral de lista aberta e de voto preferencial, onde as campanhas são feitas de maneira individualizadas, e a disputa pelos cargos no caso de eleição proporcional se dá intrapartido, ou seja, os mais bem posicionados em nú-

mero de votos tem aumentada suas chances de serem eleitos. Desta forma, qualquer interferência feita pelo partido, não é bem vista pela classe de parlamentares e políticos, seja na ordenação dos candidatos preferidos, no caso da lista fechada, ou no controle do comportamento dos mesmos nos espaços de poder político, tendo em vista, que a centralização poderia criar uma espécie de oligarquia interna, que definiria quem se elegeria, semelhante ao que ocorreu com os partidos operários europeus como nos colocou Michels (1982). Neste sentido, podemos afirmar que os partidos brasileiros, à medida que apartaram-se da representação mais imediata dos interesses da sociedade, tornaram-se instrumentos dos interesses que giram em torno dos mandatos dos seus parlamentares, que passam a interferir significativamente na condução dos negócios e decisões dos partidos.

Esse comportamento dos políticos em relação aos partidos contribuiu para que seja cada vez mais difícil se constituir partidos programáticos no Brasil. E uma prática recorrente tem sido constatada, a de que, a maioria dos partidos políticos constituídos no Brasil, historicamente tem surgido de dentro das estruturas do Estado brasileiro, ou seja, saem de dentro da estrutura partidária e eleitoral já existente no País, com exceção do PT que teve sua célula originária no seio da sociedade civil brasileira, representada por sindicatos, movimentos de base, intelectuais e religiosos, no período da ditadura militar. Desta forma, a criação de novos partidos tem sido basicamente a forma com que parlamentares e políticos menos privilegiados tem se colocado no jogo pelo poder de maneira mais incisiva. Neste sentido, Mainwaring (1991) ressalta que o sistema eleitoral não é o único responsável pela organização e disciplina partidária fraca dos partidos brasileiros, e sim um conjunto de variáveis que vão além da legislação eleitoral, tais como mecanismos incomuns que foram criados para dar aos políticos uma autonomia considerável frente aos partidos.

Nesta mesma lógica, Nicolau e Schmitt (1995) concluem que o sistema eleitoral brasileiro favorece os grandes partidos, e que para ser o responsável pela fragmentação partidária deveria favorecer os pequenos partidos e não o contrário. Entretanto, ressalta que as razões de um sistema fragmentado devem ser buscadas em outras características do sistema político brasileiro. Sendo assim, a autonomia dos políticos frente aos partidos pode ser vista como uma das diversas causas que se pode atribuir como causa da fragmentação partidária no Brasil. Principalmente quando se permite em algumas situações a troca de legendas para a fundação de novas legendas partidárias.

Mainwaring (1991) compreende que os arranjos dos sistemas eleitorais e partidários não são neutros, ou seja, são construídos numa envoltura de interesses políticos, que não só representam interesses dos que elegem os parlamentares, bem como, os interesses dos pró-

prios representantes eleitos. Desta forma, tendem a favorecer determinados grupos de interesses em detrimento de outros, e mesmo que não produzam os efeitos desejados de quando foram formulados, muito provavelmente não serão barreiras à consecução dos interesses dos que os promovem. Mesmo concluindo que, as criações de tais mecanismos não ocorrem de maneira acidental, e sim de maneira deliberada e projetada pela classe política, a fim de preservar sua autonomia política em relação aos partidos, o mesmo ressalta que os mesmos políticos, não têm uma consciência deliberada de como funcionam os sistemas eleitorais e o quanto diferente de outros países é a legislação eleitoral e partidária brasileira.

Sendo assim, mesmo reconhecendo que as instituições são resultados do contexto em que estão inseridas, estas sofrem influência direta da ação dos atores, objetivando a realização do pactuado objetivo de uma maioria, e enquanto cumprem tal papel permanecem sólidas e estáveis. Nesta perspectiva, é importante ressaltar, que os atores dentro de um ambiente institucional tem suas preferências internas ao processo político, o que demonstra que mesmo exercendo influência sobre as preferências dos mesmos, o formato institucional fornece internamente um ambiente conjuntural e sociológico que possibilita que eles mudem suas estratégias e suas opiniões. O que nos permite dizer, que esses atores, pautados numa racionalidade agem de maneira distinta de acordo com o ambiente institucional que se encontram no momento de suas decisões políticas (MELO, 2004). Desta forma, o formato institucional e seu ambiente interno criado, possibilitando a relação dos partidos entre si, são relevantes para orientar os mesmos nas suas estratégias e comportamentos no jogo pelo poder político.

2.2 Sistema eleitoral brasileiro

O sistema eleitoral de um País regula as mais diversas questões que envolvem o trâmite das disputas democráticas pelo poder político. O processo regulatório vai desde exigências de escolhas e prazos para a seleção de candidaturas até a distribuição dos cargos e cadeiras aos candidatos eleitos. No caso do sistema eleitoral brasileiro, uma primeira característica regulatória é a legitimidade dada aos partidos como elo direto de representação junto aos cidadãos eleitores, ou seja, estar filiado a um partido é a condição preliminar para que o cidadão comum possa disputar as eleições com vistas a se eleger representante para os poderes legislativos e executivos nos diversos níveis de governo.

No que se refere às fórmulas que garantem o processo de representação no sistema eleitoral brasileiro, temos as eleições majoritárias de dois turnos², caso nenhum dos candidatos obtenham 50% mais um (01) voto da votação válida no primeiro turno, que é calculada após a subtração dos votos brancos e dos nulos, disputando a preferência no segundo turno os dois candidatos mais votados no primeiro. Em outros casos as eleições majoritárias simples³ já servem para fazer a seleção dos eleitos ainda no primeiro turno. A terceira fórmula é a da proporcionalidade das representações, que está relacionada, sobretudo com a seleção dos eleitos para os legislativos (deputados federais, estaduais, distrital e vereadores) (KRAUSE, 2012), sendo a que mais nos interessa, pelo fato de, nosso estudo se dedicar ao processo de formação da aliança dos partidos de esquerda para a assembleia legislativa do Pará de 1998 a 2010.

Contudo, mesmo sendo os partidos o canal direto junto ao TSE, que é o responsável pelo funcionamento do sistema eleitoral brasileiro. Há a adoção em nosso sistema, em especial para o parlamento, do voto preferencial, o que dá aos eleitores brasileiros a alternativa de votar em um partido ou em um candidato. No caso do voto no partido, este configura o voto na legenda, o que serve para ajudar o partido no processo de conquista e distribuição das vagas, tendo em vista, ser somado com a votação de todos os candidatos, a fim de se ter o número exato de vagas alcançadas. Já o voto nominal ajuda a ordenar a listas entre os mais votados e os que receberam menos votos, e dependendo do número de vagas conquistadas por um partido ou coligação, os eleitos são tirados dessa ordem de votação. Neste sentido, Nicolau (2007) observa que, as vagas conseguidas pelos partidos, vão para os candidatos mais votados da lista partidária ou da coligação, numa ordem decrescente de votação, e ressalta que as coligações entre partidos formam uma única lista de candidatos. No que se refere ao processo de seleção dos candidatos que irão concorrer por sua legenda, o partido pode apresentar uma lista com o número de candidatos de até uma vez e meia do número total de vagas em disputa em determinado Estado.

Uma das questões que chama a atenção dos partidos brasileiros na busca de representatividade é a necessidade de alcançar o quociente eleitoral. Desta forma a seleção de candidatos com grande potencial eleitoral, a quantidade de candidatos que a lista apresenta, e ainda, as coligações que os partidos forem formar podem influenciar substancialmente na maneira que os partidos irão alcançar seu objetivo de ultrapassar tal quociente, e conquistar o maior

² A eleição de dois turnos para os cargos executivos acontece em distritos eleitorais com o número de eleitores superior a duzentos mil (200.000) eleitores.

³ A eleição de maioria simples para cargos executivos acontece em todo os distritos com o número de até duzentos mil (200.000) eleitores.

número de cadeiras possíveis nos parlamentos. Dentro desta perspectiva, Machado e Miguel (2008) nos colocam que, no Brasil, as análises eleitorais, incluindo as que se dedicam às composições de coligações, tem se orientado pela teoria econômica do voto de Downs (1999), onde se ressalta a racionalidade dos atores envolvidos nos processos eleitorais. A partir de tal constatação compreendemos o comportamento do eleitor como uma busca de maximização dos seus benefícios, selecionando candidatos que apresentam mais condições de produzir políticas de seu interesse. Já os partidos, caminham no sentido de conseguirem maior influência na estrutura estatal, via resultado eleitoral. Nessa linha, buscam a maximização de suas votações a fim de conseguirem mais postos de influência na estrutura do poder político no Estado.

Sendo a conformação de coligações parlamentares um dos instrumentos que podem ser utilizados pelos partidos na conquista dos espaços de poder no sistema político brasileiro, bastante utilizadas a partir de 1985 segundo Nicolau (1996). Carreirão e Nascimento (2010) analisando os aspectos relacionados à formação de coligações eleitorais, no que se refere à motivação dos partidos para as fazerem, assegura que as decisões de coligarem-se são pautadas numa dimensão estratégica de mensuração dos custos e benefícios na tentativa de aumentar a possibilidade de êxito eleitoral. Machado e Miguel (2008) compreendem que, se por um lado a formação de coligações pode nos mostrar afinidades e aproximação entre alguns grupos e distanciamento em relação a outros, a pouca identificação dos eleitores com os partidos não fomentam a criação de imagens políticas que diferenciem os partidos entre si. Desta forma, mesmo as coligações incoerentes ideologicamente que os partidos venham a fazer, passam despercebidas por largas faixas do eleitorado. As coligações então dificultariam a leitura sobre as disputas políticas, já que ocultam as diferenças partidárias deixando o eleitor com cada vez menos poder de controle da informação.

Souza (2012) destaca que há uma distância significativa entre ideologia e a atuação dos partidos brasileiros, observada principalmente pelo comportamento que adotam os parlamentares brasileiros, ignorando as determinações dos programas e ideologia dos partidos. No entanto, observa ainda, que além do sistema proporcional de distribuição de cadeiras, que estimula os partidos a lançarem alto número de candidatos para os parlamentos federal, estadual, distrital e municipal nos diversos colégios eleitorais, o que torna as disputas muito acirradas, a lista aberta, coloca nas mãos dos eleitores o poder de ordenação das listas dos partidos via votos individualizados nos candidatos, tirando qualquer ingerência dos mesmos sobre a lista dos eleitos. Já as coligações entre os partidos de cunho meramente eleitoral, fazem com que os eleitores não percebam nos partidos qualquer ação que os fortaleçam como representantes ideologicamente e socialmente construídos.

Nesta perspectiva, a forma como as coligações são pensadas e a compreensão sobre o papel que elas desempenham no sistema eleitoral brasileiro, acabam tornando de fundamental importância para chegarmos a uma conclusão satisfatória sobre o comportamento dos partidos de esquerda nas eleições para a assembleia legislativa do Pará no período de 1998 a 2010, no que tange às coligações que formaram e os resultados alcançados, a fim de sabermos o peso das dimensões ideológicas e/ou pragmáticas ao traçarem suas estratégias de alianças na busca por representatividade parlamentar na ALEPA.

3 COLIGAÇÕES ELEITORAIS NO BRASIL

As coligações eleitorais no Brasil tem sido um instrumento bastante utilizado pelos partidos brasileiros das mais diversas orientações na busca por representatividade nas diferentes esferas de poder, tanto para o legislativo quanto para o executivo. No caso de nosso estudo, nos referimos às coligações feitas pelos partidos de esquerda no Pará na busca por representatividade no legislativo estadual no período de 1998 a 2010. Tendo em vista, que tais partidos estão inseridos num contexto de institucionalidade dos sistemas partidário e eleitoral brasileiro torna-se de fundamental importância analisarmos o papel e a influência que as coligações eleitorais desempenham no contexto eleitoral brasileiro.

Desta forma, cumpre ressaltar que as alianças que nos referimos são conhecidas como coligação no sistema eleitoral brasileiro e pode ser compreendida como, um instrumento previsto na legislação eleitoral do País, que é a associação de dois ou mais partidos com o objetivo de disputarem uma determinada eleição. Essa associação de partidos deve ser de maneira formal, onde a Justiça Eleitoral é a responsável pela formalização e registro de determinada coligação. As coligações entre partidos funcionam como autênticos partidos temporários durante determinada disputa eleitoral. Os partidos que compõem coligações, somente em conjunto podem peticionar, ou seja, pedir registro, impugnar candidatos, recorrer etc. Não lhes sendo permitido, desistir isoladamente do pedido ou pleitear em juízo substituindo a coligação.

A coligação como integração de forças partidárias no Brasil é resultado do pressuposto de que as legendas que entram na mesma, são atores racionais que buscam o melhor resultado possível com o mínimo de esforços e de riscos. Assim a maximização dos votos e ampliação dos espaços políticos no processo de disputa eleitoral, é uma estratégia de sobrevivência e "expansão partidária" já que, segundo Nicolau e Schmitt (1995), é necessário atingir o quociente eleitoral para existir e alcançar representatividade, associada a uma estratégia de ganho eleitoral racionalmente elaborada. Nesta percepção, dos partidos como atores racionais é que buscamos uma definição dos mesmos para que venhamos a compreender a composição de uma coligação, vista no processo eleitoral como um partido de vida curta. A conceituação dada por Downs (1999), de que o partido político seria uma ampla coalizão formada para controlar o aparato governamental por meios legítimos, entendendo-se por coalizão nesse caso, a união de esforços de um grupo de indivíduos que cooperam entre si na busca de um objetivo, é importante pela possibilidade de emprestarmos o significado e objetivo a uma coligação partidária, que na legislação brasileira funciona como um partido temporário. No caso especí-

fico das democracias, os partidos seriam uma união de homens dos mais diversos interesses, até mesmo discordantes uns dos outros, que almejam a eleição de algum deles aos cargos do sistema político, assim, também os partidos se associam dentro de coligações, motivados pelos mais diversos interesses.

Esse conceito utilizado por Downs (1999), nos ajuda a compreender de maneira lógica a coligação como uma coalizão de partidos, que busca alcançar sucesso no processo eleitoral. Sendo assim, a construção dessa coalizão de partidos é realizada dentro de uma estratégia de ampliação do espaço político com vistas a aumentar a possibilidade de êxito em determinado processo eleitoral. No presente estudo, a comparação que se faz a partir dos estudos de Downs (1999), se dá, num ambiente de disputa proporcional e na tentativa dos partidos conquistarem o maior número possível de cadeiras na assembleia legislativa do Pará via apoio eleitoral, ou seja, aumentar os espaços de influência para que esta seja convertida em votos e consequentemente em apoio na sociedade.

Neste trabalho, observando e respeitando as peculiaridades do nosso sistema político, em que a coligação funciona como uma coalizão formal no processo eleitoral, o que não quer dizer que, se eleita, há uma obrigatoriedade de mantê-la para a composição de alianças no parlamento paraense e a defesa das mesmas políticas. Focamos nossa análise nas coligações formadas pelos partidos de esquerda no Pará nos processos eleitorais de 1998 a 2010 nas disputas por vagas na ALEPA, observando a natureza ideológica ou pragmática a partir de uma estratégia de formação de suas alianças.

Dentro desse contexto, o reconhecimento da existência do que Lima Jr. (1983) apud Machado, Miguel e Totti (2014), chamou de sistemas partidários subnacionais no Brasil, sobretudo pela dispersão territorial, é importante para compreendermos o grau de liberdade que os partidos alcançam através de suas elites políticas regionais, o que acaba contribuindo para a não criação de referências partidárias nacionais. As coligações eleitorais nos estados seriam orientadas, na maioria das vezes, por questões locais, ou seja, as estratégias seriam traçadas a partir da conjuntura local e com os atores políticos imersos na mesma, tendo em vista, que estes teriam maior influência sobre a correlação de forças na sociedade local. Tal situação de pragmatismo no sistema eleitoral brasileiro sofreu interferência direta do TSE na eleição de 2002, através da chamada “verticalização” das coligações nos estados, que faria com que os partidos repetissem nos estados federados as coligações que construíram em torno da eleição para a presidência da República, ou seja, os partidos que estivessem numa coligação nacional teriam obrigatoriamente que reproduzi-las nos estados. No caso das coligações para as eleições proporcionais, os partidos até poderiam romper as coligações majoritárias nos estados,

no entanto, não poderiam formalizar coligações proporcionais com outros partidos fora da coligação majoritária em que estivesse submetido na eleição para presidente, tendo que sair sozinho nas disputas proporcionais. Uma exceção ocorreu em 2006, onde, os partidos sem coligações majoritárias para presidência puderam formalizar coligações proporcionais entre si nos estados. Porém, o descontentamento da classe política logo gerou pressões sobre tal medida, o que levou num breve período de tempo à sua revogação (MARCHETTI, 2010).

Dentro de uma perspectiva institucionalista, Nicolau (1996), assegura que as instituições democráticas, tais como: sistema eleitoral e de governo e a estrutura do Estado (federalista ou unitário), determinam o ambiente de atuação dos partidos políticos, e com isso, o comportamento das elites política dos partidos passam a ter como limite as normas estabelecidas por tais instituições. Sendo assim, as estratégias eleitorais, as previsões dos efeitos políticos de suas ações, e os cálculos de oportunidades formulados pelas elites política, são construídas observando-se as regras estabelecidas pelas instituições, e o desempenho bem sucedido está condicionado à realização de um bom jogo destas regras consolidadas. Contudo, cumpre ressaltar a partir de Schmitt (1999) apud Mizuca (2007), que com as coligações no Brasil, o voto fica concentrado nos candidatos e partidos, sendo agregados apenas para fins de cálculos eleitorais na hora da distribuição das vagas entre os eleitos.

Dentro do contexto institucional brasileiro, além da estratégia de maximizar a possibilidade de êxito na ocupação de cadeiras nos parlamentos, os partidos operam com outras variáveis permitidas em nosso sistema político partidário na hora de fazer coligações, dentre as quais destacamos, o tempo no rádio e televisão, que, como bem coloca Nicolau (2007), é dividido proporcionalmente às bancadas dos partidos na câmara dos deputados, fazendo com que, os maiores partidos tenham maior tempo de expor seus candidatos. Sendo assim, possibilita o aumento de exposição nos veículos de comunicação dos candidatos coligados dentro da propaganda eleitoral, somando-se o tempo individual de cada partido presente em determinada coligação. Outra variável importante é a habilidade com que os líderes partidários vendem a importância de sua legenda para a formação de determinadas coligações, mostrando que o custo de sua presença em determinada coligação seria menor se esta vier a optar por seguir em outra coligação, ou seja, todos procuram maximizar seus ganhos e procuram um parceiro ideal que ofereçam condições concretas para se conquistar espaços de poder político.

Desta forma, a coligação no sistema eleitoral brasileiro, tem sido um poderoso instrumento que os partidos usam para tentar diminuir a distância do caminho a ser percorrido na busca por recursos de poder político, é uma forma de torná-los mais competitivos na arena eleitoral. E é com esta compreensão que nos debruçamos na análise sobre as coligações que

os partidos considerados de esquerda fizeram no período de 1998 a 2010 no Pará, na busca pela conquista de cadeiras na assembleia legislativa do estado. Contudo, é importante ressaltar as considerações de Lavareda (1991) apud Krause e Godoi (2010), em que as coligações proporcionais nos estados devem ser compreendidas a partir da conformação das coligações majoritárias no plano estadual, onde estas são estabelecidas com a preocupação de formar maiorias nos governos estaduais.

A dicotomia esquerda/direita é utilizada em nosso estudo a fim de compreendermos a natureza das alianças eleitorais de um grupo de partidos classificados pela literatura brasileira, à esquerda do espectro político nacional e que ao longo da construção democrática no Brasil, ou mesmo antes, assumiram um discurso mais ideologizado e crítico contra o sistema político brasileiro. O que torna necessário uma análise do desenvolvimento desses conceitos aparentemente antagônicos, no tempo e de maneira contextualizada, já que demonstraram assumir novas demandas, tais como, ambientais, sociais e econômicas, e com isso, a representar novos interesses conforme a forma com que se dá o desenvolvimento nos mais diversos países.

4 ESQUERDA E DIREITA: CONCEITOS EM MUDANÇAS

A dicotomia esquerda e direita sempre foi utilizada nos mais diversos países para delimitar e diferenciar a atuação dos partidos políticos dentro de determinados sistemas partidários. Contudo, é importante ressaltar, que mesmo constantemente utilizada, essa dicotomia sofreu mudanças no que tange aos posicionamentos defendidos, seja de uma maneira mais geral na sociedade, ou mesmo nos casos específicos de cada País. Tarouco (2010) afirma que os termos esquerda e direita passaram a serem adotados à partir de uma distribuição espacial dos delegados na reunião dos Estados Gerais na França, onde os mais identificados com o igualitarismo e reformas sociais sentavam-se à esquerda do rei, e os identificados com os membros da aristocracia e defensores da conservação da ordem vigente localizavam-se à direita do monarca. Desta forma, a identificação dos defensores da ordem e os que queriam mudanças passava por uma distribuição local, e ao longo do século XIX na Europa a diferença entre esquerda e direita foi associada ao liberalismo e ao conservadorismo, onde este último passou a ser sinônimo dos partidários de direita, e os liberais de partidários de esquerda.

No entanto, com o surgimento da classe operária paralela ao desenvolvimento industrial, a esquerda passa a incorporar a defesa dos interesses dos operários e aos poucos as perspectivas do marxismo. Seus aliados de outrora contra a antiga aristocracia passou a defender a nova ordem que surge com o avanço do capitalismo, o que desloca a classe burguesa para a direita do processo de desenvolvimento político, social e econômico da sociedade. Desta perspectiva, o braço liberal da antiga ordem desloca-se para a direita, e o liberalismo assume o posto de ideologia principal do sistema capitalista passando a rivalizar com as estruturas existentes do Estado, fato que enfraqueceu o último como indutor de desenvolvimento econômico e social, em prol da preponderância do livre mercado em tal papel. Se o comportamento anterior se dava no sentido de responder às demandas da sociedade, na lógica do mercado, o momento foi de criar demandas, o que desembocou na crise da grande produção do sistema capitalista.

O advento do Keynesianismo nos anos 30 e das políticas redistributivas do estado de bem estar social reforçaram a oposição entre o Estado interventor e a liberdade de mercado pleiteada pelos liberais, o que colocou o liberalismo como posicionamento de direita (TAROUCO; MADEIRA, 2011). O desenvolvimento da dicotomia esquerda/direita no tempo mostra-se relacionada a diversas variáveis e fruto do contexto histórico a que estão submetidas, logo percebemos que as mesmas mudam conforme se alteram as agendas política, social e econômica, tanto nos plano nacional dos Países como internacionalmente dos mercados.

Desta forma, é de se supor que existe uma grande gama de conteúdos políticos que podem ser associados ao posicionamento dicotômico esquerda/direita na política, que variam desde a opção por políticas de distribuição de renda e investimentos sociais como a redução dos gastos públicos, ou mesmo com a adoção de modelos de desenvolvimento tradicionais pautados no avanço industrial, assim como, a opção por novos modelos. Podemos observar a reivindicação do espectro esquerda/direita na economia política também na postura reguladora ou não dos mercados nacionais, e também nas preferências por políticas de responsabilidade social em detrimento das políticas econômicas de austeridade fiscal ou vice-versa.

Contudo, podemos observar que o significado que atrela a esquerda à defesa da igualdade social e a direita à defesa do livre mercado sobreviveu às variações que o mundo passou no final do século XX. E ainda, a desintegração do socialismo no leste da Europa, as crises fiscais que viveram os estados de bem-estar favoreceram o avanço da onda neoliberal, o surgimento da terceira via revisionista da socialdemocracia e as reformas implementadas colocaram mais próximas esquerda e direita no centro do processo político mais geral. Porém, nada que fizesse ambas abdicar do sentido geral de seus posicionamentos que as situam em pólos opostos de luta pelo socialismo versus a defesa do capitalismo (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

No que tange à classificação dos partidos dentro da dicotomia esquerda e direita no Brasil, partimos com nossa análise à partir da transição do regime militar para a democracia, primeiramente, por que foi naquele período, que foram criados as condições de enraizamento do sistema partidário e eleitoral brasileiro contemporâneo. E em segundo, pelo período de transição do autoritarismo para a democracia mostrar algumas peculiaridades que o espectro esquerda e direita acabaram assumindo no Brasil, principalmente no período de transição para o regime democrático e com o fim do bipartidarismo que era imposto pelos militares. O regime militar, enquanto perdurou, tratou de colocar os partidos comunistas e/ou de orientação marxista na clandestinidade, numa tentativa de breca o avanço do ideário socialista no País. Contrapondo-se a essa postura grupos de esquerda passaram a focar no regime militar o seu inimigo imediato, assim como outros grupos organizados da sociedade civil o fizeram e juntos passaram a lutar pela redemocratização do Brasil.

Com o restabelecimento da ordem democrática, o espectro direita/esquerda passou a pairar sobre os partidos que estiveram em relações estreitas com o antigo regime autoritário e também sobre os que se opuseram ao mesmo. Logo, com o surgimento do multipartidarismo brasileiro, os partidos que se formaram e transformaram-se à partir da base de apoio do regime autoritário, tais como: Partido Democrático Social (PDS), Partido Progressista Brasileiro

(PPB), Partido Progressista Republicano (PPR), Partido Progressista (PP), Partido da Frente Liberal (PFL) que hoje se chama Democratas (DEM) foram logos identificados como a direita do sistema político brasileiro. No entanto, cabe ressaltar que mesmo havendo um grande bloco de oposição ao regime militar, nem todos os partidos que de lá surgiram eram de esquerda. Desses moderados, o PMDB e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) destacaram-se em seu posicionamento mais ao centro, e na esquerda PT e PDT se diferenciaram por não atuarem no marco institucional formulado pelo regime militar (TAROUCO; MADEIRA, 2011).

A eleição direta no Brasil de 1989 deu um tempero a mais nessa disputa político/ideológica, quando polarizou a disputa entre o PT e o recém-criado Partido da Reconstrução Nacional (PRN) na eleição presidencial no segundo turno. O debate em torno do programa das esquerdas uniu os partidos de direita que trouxeram para a pauta a possibilidade de associação com o regime comunista soviético. Os anos 90 colocam na ordem do espectro esquerda/direita no País, temas como: as privatizações, a desregulamentação da economia e o fortalecimento do livre mercado. Medidas enquadradas como distintivas entre as políticas de esquerda e direita no decorrer do desenvolvimento dessa dicotomia até então. Para Tarouco e Madeira (2011), com o fim do período autoritário a dimensão que é usada para definir esquerda e direita no Brasil desloca-se de um eixo mais histórico/político, de apoio e oposição ao regime militar, para um eixo econômico de privatizações, desregulamentação dos mercados.

No entanto, mesmo reconhecendo que o debate sobre a esquerda e direita não deixa de ter suas controvérsias ao longo do tempo, principalmente nas polêmicas geradas em torno da diferenciação entre os tipos de liberalismo, político e econômico, e ainda, sobre a dimensão progressista e conservador, fundamentalismo, e sobre o neoconservadorismo e as questões pós-materialistas entre tantas outras. Torna-se necessário observar os partidos políticos brasileiros a partir das escolhas que estes fazem dentro da dimensão esquerda/direita. Ora, algumas escolhas podem ser verificadas a partir das políticas sociais e econômicas que passam a defender no contexto político brasileiro. Um exemplo é o argumento utilizados em torno dos gastos sociais, onde estes, além de afetarem os resultados macroeconômicos de um País, são vistos como medidas redistributivas, contudo, de preferência dos partidos de esquerda. Já as medidas de ajustes econômicos são vistas como as preferidas pelos governos dos partidos considerados de centro e de direita (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Embora a diferença na preferência política dos partidos possa representar uma distinção dos mesmos em termos ideológicos, cabe ressaltar, que as próprias definições das dimensões esquerda e direita sofreram variações ao longo da história, tanto da perspectiva analítica,

quanto da cultural e teórica. Entretanto, mesmo nesse ambiente variável de definições Tarouco e Madeira (2013) ressaltam que no caso da classificação da dimensão ideológica dos partidos brasileiros não tem ocorrido grandes controvérsias entre autores e analistas como nos coloca na Figura 1, onde nos expõe a classificação de diversos partidos brasileiros na dimensão esquerda e direita, onde aparecem também os partidos de centro, segundo a visão de outros autores.

Figura 1 – Classificação dos Partidos Políticos Brasileiros.

Autor	Coppedge ¹ (1997)	Fernandes (1995)	Mainwaring, Power e Meneguello (2000)	Rodrigues (2002)	Power (2000)
Método	Compilação de avaliações anteriores de outros analistas	Votações durante a Constituinte analisadas por outros autores	Votações no Congresso e pesquisas de opinião com parlamentares	Adoção da classificação comum à maioria dos analistas	Questionários aplicados com elites partidárias
Partido					
PCB-PPS	SL	E	não consta	E	não consta
PCdoB	SL	E	não consta	E	não consta
PDC/PSDC	SCR	não consta	CD	não consta	D
PDS/PP	SR	D	D	D	D
PDT	SCL	E	não consta	E	E
PFL	SR	D	D	D	D
PJ/PRN/PTC	P	não consta	D	não consta	D
PL	SR	D	D	D	D
PMDB	SC	C	não consta	C	C
PMN	U	E	CD	E	não consta
PRONA	SR	D	D	D	não consta
PRP	U	D	não consta	não consta	não consta
PSB	SL	E	não consta	E	não consta
PSC	XC	D	CD	D	não consta
PSD	SR	D	D	D	não consta
PSDB	SCL	C	não consta	C	C
PSL	não consta	não consta	CD	não consta	não consta
PST	SCR	não consta	CD	D	não consta
PT	SL	E	não consta	E	E
PTB	SCR	D	CD	C	D
PTdoB	U	não consta	não consta	não consta	não consta
PTR/PP	SCR	C	CD	não consta	não consta
PV	O	E	não consta	E	não consta

Fonte: Tarouco e Madeira, 2013.

*XC = Partidos cristãos de centro; SR = Partidos seculares de direita; SCR = Partidos seculares de centro-direita; SC = Partidos seculares de centro; SCL = Partidos seculares de centro-esquerda; SL = Partidos seculares de esquerda; P = Partidos personalistas; O = Outros; U = Desconhecido.

A Figura 1 torna-se importante em nosso estudo por apresentar um quadro classificatório que nos coloca em contato com as análises de outros analistas e apresenta uma posição mais ou menos próxima entre eles, quanto à localização dos partidos brasileiros na dimensão

esquerda e direita, o que nos sugere uma classificação um tanto que consolidada, com pequenos graus de variação. E nos permite a partir de tais classificações uma delimitação mais precisa e condizente com a realidade dos partidos brasileiros quanto aos seus posicionamentos diante da dicotomia esquerda/direita na realidade brasileira. Nesse sentido, o PT, Partido Popular Socialista (PPS), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Verde (PV) e o PDT, são os partidos que se apresentam mais consolidados dentro do espectro da esquerda brasileira, seja ela tradicional ou histórica ou mesmo diante da nova esquerda que surge com a reinauguração do regime democrático.

Outro comportamento que a Figura 1 nos mostra é uma posição intermediária de alguns partidos brasileiros dentro desse espectro ideológico esquerda/direita, que os autores caracterizam como posicionamento de centro. No contexto internacional a opção pelo centro se deu primeiramente pelos partidos social-democratas e seu revisionismo, com o objetivo de criar uma terceira via que implementasse uma agenda que pudesse gerar um consenso mínimo alternativo às dimensões esquerdistas e direitistas dos partidos políticos. No caso dos partidos de centro brasileiro destacam-se o PMDB e o PSDB, onde o último tem sua órbita mais propensa à posição centro-esquerda na sua forma programática, e o primeiro considerado por diversos autores como mostrado na Figura, como autêntico partido de centro.

Do ponto de vista da posição que determinado partido venha a assumir em determinado contexto político, esta postura parece bem articulada com o sistema econômico e a ideologia, de modo que as questões colocadas pela dimensão esquerda e direita, não se tornam entraves na competição partidária, mas sim fomentam os partidos a mobilizarem-se dentro do espectro ideológico na formulação de propostas de políticas que possam lhes render votos, e ainda lhes possibilita mudança de posição entre as extremidades da esquerda e direita. Sendo assim, os partidos se movimentam ciente em plano teórico, do papel que as competições eleitorais assumem no contexto democrático e buscam maximizar os seus eleitores (DOWNS, 1999).

Neste sentido, não nos cabe neste estudo fazer uma classificação exaustiva do comportamento dos partidos brasileiros com o objetivo de enquadrá-los na dimensão esquerda ou direita. Mas selecionar os partidos considerados de esquerda historicamente pelas diversas literaturas que se propuseram a construir uma classificação desse gênero no Brasil. Contudo, é importante ressaltar, que no caso brasileiro há uma movimentação, tanto dos partidos de direita, como os de esquerda para o centro na medida em que os governos compostos por essa dicotomia esquerda/direita tentam equilibrar suas políticas sociais com as econômicas.

No entanto, mesmo os partidos mantendo suas linhas ideológicas bem definidas quanto a sua identidade programática, estas, têm perdido considerável espaço no que tange aos temas centrais de sua matriz ideológica. Em parte pela experiência pouco exitosa do socialismo no leste europeu, assim como, pelas sucessivas crises vividas pelo liberalismo e suas variantes, no decorrer do desenvolvimento do capitalismo como modo de produção, o que torna suas consequências, sempre alvo de questionamentos. O que tem feito que, tanto os partidos de esquerda como os de direita ao assumirem governos nos países, não ousarem a implementar as políticas mais representativas de suas opções ideológicas, ambas passando a gerir os governos com a preocupação de manter a economia estável, sem negligenciar os investimentos sociais, que ainda assim, são considerados como custos dentro de uma visão capitalista de mercado. Podemos dizer que as questões mais discutidas e que tem delimitado bem as duas dimensões esquerda/direita não tem sido debatidas no contexto atual, estando o debate girando em torno da necessidade do equilíbrio fiscal e a possibilidade ou não de aumentar-se os investimentos e/ou custos sociais. O que tem deslocado cada vez mais os partidos para o centro, não havendo uma postura mais distintiva entre os partidos no que se refere à dimensão, talvez por que, como atores racionais que são, perceberam que o eleitorado tem se mostrado mais propenso a defender uma posição intermediária aos espectros ideológicos consolidados.

Contudo, mesmo com características mais gerais que delimitam bem o objeto de discussão das esquerdas e direitas num contexto amplo, Bobbio (1995), no coloca que diante das novas questões que apresentam-se no mundo contemporâneo, a questão da igualdade é o principal pressuposto utilizado pela esquerda e que a diferencia da direita. Nessa questão, Tarouco e Madeira (2013) relatam que no caso brasileiro não é a questão da igualdade que separa a esquerda da direita, e sim os meios para alcançá-la. Enquanto a direita reforçaria a autoridade do Estado para que a promoção da igualdade não implique prejuízo à ordem estabelecida, a esquerda questiona essa autoridade, principalmente quando ela se volta em repressão dos movimentos sociais e políticos de cunho igualitaristas, mesmo que em determinado momento a demande em sua função redistributiva.

Partindo da igualdade como definição de diferença entre esquerda e direita num contexto mundial somos levados a associá-la às questões pós-materialistas que se apresentam como: as discussões ambientais, étnicas, as limitações ético-religiosas, o laicismo, a valorização da paz, o debate de gênero e etc. Tudo isso num contexto mundial de agenda das esquerdas. No caso brasileiro, Tarouco e Madeira (2013) acreditam que a desigualdade social e o nível em que a pobreza se encontra presente no cotidiano nacional, impedem a caracterização

dos partidos brasileiros nesse rol de mudanças pós-materialistas como explicação das mudanças dentro da dicotomia esquerda/direita. O que não eliminaria a possibilidade de estas questões encontrarem espaços dentro da opinião pública brasileira e conseqüentemente serem acolhidas pelos partidos em seus programas, diante da existência de realidades sociais muito diferentes no País, o que podemos observar no Partido Verde, por exemplo, na defesa de uma agenda de proteção ao meio ambiente. Neste sentido, as categorias como indicativas de posicionamento de esquerda, utilizados pela autora, seriam: a regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do *Welfare State* e referências positivas à classe trabalhadora (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

A diminuição em importância da dimensão ideológica na agenda mais imediata dos partidos brasileiro é percebida principalmente nos processos eleitorais, através da formalização de coligações e com a formação de coalizões governamentais. Contudo, neste estudo analisamos apenas as coligações feitas no âmbito das disputas eleitorais, onde percebemos, que os partidos de esquerda se coligaram mais nos processos eleitorais que ocorreram no Brasil nos últimos pleitos, e ainda, extrapolaram suas políticas de aliança para os partidos fora do bloco ideológico da esquerda. Sendo assim, os partidos de esquerda, mesmo mantendo seu conteúdo programático de orientação política e ideológica, tornam-se atores racionais que buscam tirar vantagens nas disputas democráticas eleitorais, se utilizando das regras estabelecidas pelo sistema eleitoral brasileiro.

5 O JOGO DAS REGRAS

O sistema partidário e eleitoral de um País são variáveis que sempre temos que levar em consideração no processo de disputa pelo poder político no seio das democracias. Em primeiro lugar, por que são eles que regulamentam as disputas e legitimam as formas com que são escolhidos parlamentares e governantes, e em segundo, pelo fato de criarem um ambiente padronizado de comportamento dos atores nos processos eleitorais, construindo assim, um ambiente de disputa entre os partidos dentro dos limites de normas pré-acordadas, o que nos evidencia segundo Braga (2010) o nível de institucionalização dos atores partidários ao sistema político vigente.

Dentro do contexto partidário brasileiro, é de fundamental importância a fim de elevarmos a compreensão sobre o comportamento dos partidos brasileiros nas disputas eleitorais, a análise sobre a influência que o sistema eleitoral brasileiro exerce sobre a organização do sistema partidário através de exigências e limites normativos atribuídos aos partidos políticos. Em nosso estudo ressaltamos duas que consideramos intimamente relacionadas no contexto contemporâneo brasileiro, que são; o quociente eleitoral e formação de coligações partidárias.

O quociente eleitoral como meta mínima a ser alcançada pelos partidos ou coligações em números de votos numa determinada eleição proporcional, para que ambos obtenham representação nos parlamentos federal, estaduais, distritais e municipais, torna-se uma regra indispensável a ser cumprida. Diante dessa obrigatoriedade, os partidos movimentam-se na expectativa de traçar a melhor estratégia para maximizar suas votações, onde esta começa a ser construída desde o processo de seleção dos nomes que irão compor a lista de candidatos, assim como, a quantidade de nomes que a lista irá apresentar aos eleitores. Dentro dessa perspectiva as coligações tem se tornado um instrumento altamente funcional dentro do contexto eleitoral brasileiro, num primeiro momento, por convergir diversos interesses numa proposta de governo, ou seja, numa soma de esforços e interesses presente na sociedade nas eleições para os cargos executivos, e em segundo, por representar um atalho considerável que os partidos se utilizam para aumentar sua presença nos legislativos e consequentemente nos espaços de poder político de forma geral.

Tomando por base as considerações de Sartori (1982) sobre o critério numérico de Duverger (1967), em que reconhece aspectos importantes que aquele poderia nos fornecer sobre determinados sistemas políticos, entre os quais: à proporção que o poder político encontra-se fragmentado ou não, a dispersão ou concentração do poder, o número de interações que os partidos podem fazer entre si, e ainda, a complexidade do sistema político, que para ele

crece de maneira paralela ao crescimento no número de partidos. As estratégias partidárias se relacionariam também com o número de partidos, tendo em vista, que cada um representa uma parcela dos interesses presente em determinado sistema político. Complementando esta linha de análise, a partir de Downs (1999), entendemos que a formação de uma coligação passa por um cálculo racional das elites partidárias, sobre o potencial eleitoral e de influência na disputa em seu favor, e ainda, no que tange ao aumento do poder da mesma no sistema político.

Downs (1999) parte do argumento de que tanto os partidos quanto os eleitores agem racionalmente na busca de alcançar metas bem definidas, ou seja, os partidos buscam aumentar seu apoio eleitoral, e os eleitores apoiam os partidos ou candidatos em que as políticas definidas possam atender seus interesses mais imediatos ou de grupo. Dentro dessa visão, a política de aliança dos partidos nas eleições seria justificada pela busca de maximização de suas votações. Utilizando-se de uma escolha racional os partidos associam-se na busca de tirar vantagens no processo eleitoral, e a escolha dos aliados se dá na potencialidade de fazer essas vantagens maiores e mais seguras, quanto à ampliação eleitoral.

Compreendendo a importância que o ato de coligar representa no processo eleitoral brasileiro, Nicolau (1996) concebe que na maioria dos países a formação de coligações nas eleições para os cargos majoritários é muito comum. Já no que se refere às coligações para as eleições proporcionais o mesmo cita alguns poucos países, entre eles o Brasil. No caso brasileiro, onde a lógica dos partidos para a formação de alianças eleitorais tem o objetivo de tornar os partidos competitivos eleitoralmente e conseqüentemente ocupar espaços privilegiados de poder político, e ainda a formação de maioria nos governos, a profissionalização das elites partidárias tornaram-se fundamentais para utilizarem as regras do sistema eleitoral a seu favor.

Nesta órbita as elites partidárias brasileiras, sejam elas de esquerda ou direita, tem jogado com as regras do sistema eleitoral brasileiro a fim de conquistar vantagens no processo de disputa eleitoral, e as coligações partidárias tem sido o comportamento mais notório no que tange à ação partidária de diminuição dos custos políticos na tentativa de conquistar espaços de poder político na sociedade. Um bom jogo das regras requer o domínio da informação em todos os seus meandros, para assim se fazer o cálculo mais seguro das ações dentro dos limites institucionais.

Se por um lado, o jogo das regras obedece um objetivo claro na hora de construir as coligações partidárias, por outro lado, a dificuldade está em uniformizar as terminologias e indicadores acerca do comportamento dos partidos brasileiros, no que se refere à forma como

estes se coligam. Neste sentido, para Dantas (2010), no que diz respeito ao comportamento dos partidos em suas coligações eleitorais a partir de seus conteúdos ideológicos o termo consistente, semiconsistente e inconsistente, assim como outras terminologias como, coligações forte, média e fracas são utilizadas para classificar o comportamento coligacionista dos partidos brasileiros se utilizando da mesma lógica de proximidade ou distanciamento ideológico, mesmo com toda a dúvida que tais classificações suscitam em relação à questões de métrica das conclusões a que se chegam a respeito da consistência ou força de determinada coligação eleitoral.

Desta forma, Schmitt (1999) apud Krause (2012) constrói sua classificação sobre as coligações eleitorais no Brasil, através da utilização de termos como “consistentes”, “meio consistentes” e “inconsistentes” de proximidade ideológica, onde as primeiras se dão dentro do mesmo bloco ideológico da esquerda ou direita, a segunda entre os partidos de centro com partidos de um dos eixos ideológicos (direita/esquerda), e a terceira com partidos que estão situados nas dimensões opostas esquerda e direita. Ressalta ainda, que as coligações praticadas pelos partidos de esquerda no Brasil estão ficando cada vez mais “inconsistente”, ou seja, as dimensões ideológicas já não fazem tanta diferença na hora de se traçar a melhor estratégia de alianças eleitorais, ou seja, estão cada vez mais focados em retirar vantagens eleitorais buscando a maximização dos seus votos.

Neste sentido, como partidos políticos institucionalizados no sistema partidário e eleitoral brasileiro que são, é que nos debruçamos sobre as alianças eleitorais dos partidos de esquerda no Pará de 1998 a 2010 nas disputas e conquistas de cadeiras na assembleia legislativa local, com o objetivo de compreendermos a natureza ideológica e/ou pragmática que orientou as suas coligações. Salientando que, quanto mais “inconsistente” forem as coligações praticadas por tais partidos, mais se entenderá suas atuações nos processos eleitorais como comportamento estratégico movido pelo pragmatismo e estimulado pela tentativa de se fazer bom jogo das regras do sistema eleitoral brasileiro.

5.1 As Alianças dos partidos de esquerda nas eleições para a Assembleia Legislativa do Pará de 1998 a 2010 e o número de vagas conquistadas.

As políticas de alianças dos partidos de esquerda têm sido alvo de vários estudos, que vão desde a percepção da consistência ideológica das mesmas, até aos seus graus de pragmatismo dentro de uma perspectiva estratégica. No caso de nossa pesquisa, analisamos o comportamento dos principais partidos de esquerda no Pará e os resultados que alcançaram nas

disputas eleitorais para o parlamento estadual de 1998 a 2010. É importante ressaltar que a pesquisa e análise, sobre as práticas coligacionistas dos partidos de esquerda no estado, são feitas dentro da perspectiva do neoinstitucionalismo da escolha racional, ou seja, os atores racionais movimentam-se e travam suas disputas dentro de um ambiente pré-determinado pelas normas do sistema eleitoral brasileiro.

No caso deste estudo, é relevante levar em consideração a dimensão estadual do processo eleitoral e do comportamento dos partidos políticos, tendo em vista, considerarmos uma lógica de alianças mais localizadas e centradas nas elites partidárias locais, o que configura uma federalização do sistema eleitoral brasileiro, com a existência de sistemas subnacionais (NICOLAU, 1996; MAINWARING, 1991). Dentro dessa perspectiva não podemos negligenciar os arranjos locais na configuração das coligações formalizadas pelos partidos de esquerda, alvo em nosso estudo, que são; o PT, PC do B, PPS, PCB⁴, PV, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Estes dois últimos, como os mais novos do bloco, surgidos a partir de cisões do PT, devido divergências com a tática assumida pelo último nas disputas eleitorais no que se refere ao surgimento do PSTU, e no caso do PSOL com as políticas que o PT passou a implementar quando chegou ao governo federal em 2002.

Para Krause e Godoi (2010), a existência de uma lógica de alianças assentadas numa racionalidade política contextualizada faz com que os partidos estabeleçam acordos orientados pela dinâmica das disputas locais. Sendo assim, existência de subsistemas regionais, tem implicado nos mais variados comportamentos coligacionistas entre os partidos brasileiros. Contudo, percebemos até mesmo pelas condicionantes das regras do jogo eleitoral, que as coligações formalizadas em torno das disputas proporcionais para os parlamentos estaduais, têm sido construídas em torno das estratégias traçadas pelas elites partidárias para as disputas pelos governos estaduais. O que acaba delimitando o número de parceiros em potencial para se formalizar uma coligação proporcional. Contudo, não se pode descartar de que o caminho inverso seja feito, ou seja, a de que a participação em determinada coligação eleitoral para o governo de estado seja condicionada a uma estratégia eleitoral para a disputa proporcional de determinado partido.

Neste caso, em que focamos nossa análise sobre os partidos de esquerda já consolidados na literatura, em termos, de dimensões ideológicas dos partidos políticos no sistema eleitoral e partidário brasileiro, a análise de Krause (2012) sobre as estratégias coligacionistas

⁴ O PCB em nível nacional e consequentemente no Pará, teve um esvaziamento acentuado em 1992, por lideranças que saíram para fundar o PPS.

dos mesmos para as eleições governamentais no País, de 1986 a 2010, nos revela que os partidos de esquerda foram nesse período conduzidos de maneira a não disputar eleições de maneira isolada, ou seja, a coligação no sentido de composição de forças eleitorais foi um comportamento frequente nas eleições que foram analisadas. E o comportamento isolacionista de alguns partidos se explica em alguns casos aos momentos de seu surgimento em que buscam criar uma identidade com o eleitorado, ou mesmo como consolidação de um espaço mais estável na arena político eleitoral.

É importante mencionar, que neste período que estudamos, embora tenham prevalecido os interesses localistas na conformação das coligações, as eleições de 2002 e 2006 mostraram-se casos atípicos ao que vinha ocorrendo até então. O fato se deu com a resolução baixada pelo TSE, conhecida como “verticalização”, onde os partidos que estivessem em coligações na eleição ao majoritário nacional teriam que repeti-las respectivamente nos estados. Tal resolução deixou os partidos amarrados, e os que não quiseram ficar preso nos estados adotaram a estratégia de não apoiar nenhuma candidatura a presidente, ou seja, ficaram fora das coligações nacionais. Desta forma, as elites partidárias locais puderam fazer as coligações que melhor servissem às suas estratégias eleitorais. Contudo, a medida do TSE em relação à eleição de 2002 e que manteve-se até o pleito nacional de 2006, foi muito mal acolhida pela classe política brasileira, que logo se esforçou para derrubar, o que fez com que a resolução tivesse vida curta e o TSE a revogasse para as demais eleições nacionais, voltando a ser como era antes.

Diante de tal contextualização do cenário em que são construídas as coligações no sistema eleitoral e partidário brasileiro com todas as suas especificidades, iniciaremos nossa análise dos dados das coligações em que estiveram os partidos de esquerda no Pará nas disputas eleitorais para a assembleia legislativa local, levando em consideração o contexto político a fim de buscar compreender com mais clareza o que os levou a assumir determinadas alianças no processo eleitoral, ou seja, se as alianças construídas em torno das coligações foram mais de cunho ideológicas ou pautadas numa racionalidade estratégica e pragmática exigida pelo sistema eleitoral com o objetivo de jogar um bom jogo das regras e tirar vantagem das mesmas.

5.2 Análise dos dados eleitorais de 1998 a 2010

5.2.1 As coligações dos partidos de esquerda na eleição de 1998 no Pará e suas conquistas.

A eleição de 1998 no Pará girou em torno da polarização PSDB/PMDB pela conquista do governo do estado, e correndo por fora aparecia um bloco de partidos de esquerda composto pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), PT, PC do B e PCB. Conforme havíamos ressaltado acima, as estratégias montadas pelos partidos nas eleições proporcionais acabaram sendo reflexo da disputa majoritária, ou seja, as alianças eleitorais dos partidos de esquerda tiveram seu espaço de coligação diminuído, ao terem que optar pelos parceiros mais estratégicos dentro da respectiva coligação majoritária a que estavam submetidos. Outros dois partidos considerados de esquerda e presente em nosso estudo, o PPS e o PV compuseram a coligação majoritária do PSDB na disputa pelo governo do estado. Um fato que merece ser destacado, é que a eleição de 98 marca uma inovação no sistema eleitoral brasileiro, que é a reeleição para os ocupantes de cargos executivos, tais como: presidente da república, governadores de estados e distrito federal e prefeitos. Dentro do contexto da disputa eleitoral no Pará, observando as especificidades locais é que buscamos compreender o comportamento dos partidos de esquerda em 1998 na conformação de suas coligações na disputa por vagas para a ALEPA.

A Figura 2 nos mostra os partidos considerados de esquerda e suas coligações formadas com os partidos situados fora do seu eixo ideológico, a partir dos quais traçamos uma linha analítica observando em níveis de consistência, meio-consistência e inconsistência de tais coligações, quanto à sua carga de concepções ideológicas e/ou pragmáticas na disputa por vagas na assembleia legislativa do Pará. Contudo, é importante ressaltar, que os partidos de esquerda no Pará, nunca tiveram num mesmo bloco coligados na sua integralidade, o que leva-nos a crer que, embora de mesma orientação ideológica, tem diferenças que os dividem muitos mais que as semelhanças possam uni-los.

Figura 2 – A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do Estado do Pará na eleição de 1998.

PARTIDO	LEGENDA	SIGLA	COLIGAÇÃO
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	23	PPS	COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR (PPS/PSC/PSD/PV)
PARTIDO VERDE	43	PV	COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR (PPS/PSC/PSD/PV)
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	21	PCB	FRENTE DO POVO. (PSB/PC do B/PCB)
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40	PSB	FRENTE DO POVO. (PSB/PC do B/PCB)
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65	PC do B	FRENTE DO POVO. (PSB/PC do B/PCB)
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12	PDT	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO DOS TRABALHADORES	13	PT	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	16	PSTU	SEM COLIGAÇÃO

Fonte: Repositório de Dados do TSE, 1998.

O contexto partidário de 1998 no Pará, sobre as coligações dos partidos de esquerda, nos revela que a formação de alianças pelos mesmos foi fortemente influenciada pelo processo de sucessão majoritária ao governo do estado. O PSDB, que buscava a reeleição de Almir Gabriel, comandava uma coligação majoritariamente com partidos considerados de direita – PPB, PTB, Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Social Cristão (PSC), Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), Partido Liberal (PL), PSD –, que abrigava ainda dois partidos mais à esquerda, tais como; PPS e PV e ainda, contava com o apoio informal do PDT. No que tange aos demais partidos de esquerda, o PT, PC do B, PCB e PSB, formavam um bloco em torno da candidatura do então senador Ademir Andrade ao governo do estado, sem densidade eleitoral para ir ao segundo turno, e o PSTU lançou a candidatura da sindicalista Cacilda Pinto ao executivo estadual (SIQUEIRA, 1999).

Os dados da Figura 2 nos evidenciam que, mesmo estando num campo de possíveis alianças amarrado pelas coligações majoritárias o cálculo da melhor estratégia se torna algo que a elite partidária tem que fazer com maestria, além de saber jogar com as regras, ela tem que saber o potencial de cada aliado. De posse das informações perfeitas do ponto de vista downsaniano⁵, a decisão de coligar ou não passa a ser uma decisão racional dessa elite partidária. O que percebemos no caso da posição assumida pelos partidos de esquerda que formaram a coalizão de apoio à reeleição do então governador Almir Gabriel. Enquanto PPS e PV que participam da mesma coligação extrapolam suas estratégias coligacionistas para além dos limites ideológicos que os diferenciam dos outros partidos, o PDT prefere sair sem coligar-se, possivelmente por estar mais consolidado no estado, já que era àquela altura um partido nacional com um capital político importante, e com isso, já usufruía de recursos políticos que favorecesse tal decisão.

Dos partidos que formalizaram o bloco de esquerda em torno da candidatura do então senador Ademir Andrade do PSB, três deles haviam composto a coligação que levou Almir Gabriel na eleição anterior de 1994 ao governo do estado, com exceção do PT que lançaria na ocasião candidatura própria. No entanto, a agenda nacional do PSDB de privatização e suas consequências, como a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, agravando-se com a venda da estatal paraense do setor elétrico que era a Central Elétrica do Pará (CELPA), a rela-

⁵ A informação perfeita para Downs (1999) consiste na capacidade que o homem tem de hierarquizar suas preferências, no sentido de favorecê-lo a tomar sua decisão pela alternativa (meios) que o favoreça atingir o seu fim (objetivo) com os menores custos possíveis. No caso acima, a decisão de coligar e a escolha do melhor parceiro se dá para eleger o maior número possível de representantes de seus partidos, com baixos custos políticos.

ção com o governo tucano⁶ no estado começara a estremecer, contudo só chegou ao fim com o episódio do assassinato de 19 trabalhadores rurais em confronto com a polícia militar do estado, na desobstrução de rodovia estadual conhecida como PA, 150.

No processo eleitoral para a assembleia legislativa do Pará, PSB, PC do B e PCB resolveram sair coligados, mais do que uma união ideológica criada em torno da eleição majoritária que trouxe para o debate críticas contundentes às políticas neoliberais implementadas pelos governos do PSDB no Brasil e, em especial no Pará, no caso deste estudo. A estratégia foi direcionada dentro do pequeno espectro dos partidos de esquerda que compunham o bloco, no sentido de maximizar o apoio eleitoral e aumentar a chance de eleição dos candidatos da sua coligação proporcional. O PT, que dos partidos do bloco se mostrava mais capilarizado, em parte pela sua característica fundante, ou seja, a partir da sociedade civil organizada, e também pelas estratégias de disputas de lançamento de candidaturas como afirmação de uma identidade com o eleitorado, saiu sem coligar-se na disputa proporcional para a assembleia legislativa local. O PSTU como partido de esquerda optou por não fazer alianças nem mesmo no âmbito da esquerda, o que configura um quadro em que o partido pouco privilegia as disputas eleitorais como forma de disputa pelo poder político na sociedade.

Nas eleições de 1998, a partir do cenário estadual de disputa política pelo governo do estado e conseqüentemente pelas vagas na assembleia legislativa do Pará percebemos que as alianças que extrapolaram as dimensões ideológicas nas disputas proporcionais, foram construídas a partir da coligação majoritária, como foi o caso do PPS e do PV, que passaram a jogar com as regras do sistema eleitoral. No entanto, o fato de o PDT, outro partido de esquerda no bloco de partidos mais à direita, não ter coligado com nenhum outro partido, não significa que tomou essa atitude por questões ideológicas, mas o fato de estar na coligação suprapartidária construída pelo PSDB em torno da reeleição de Almir Gabriel, mesmo que informalmente, já demonstra a sua lógica pragmática de disputa nos processos eleitorais no estado do Pará.

Diante da perspectiva de que as coligações eleitorais formalizadas pelos partidos políticos visam tirar vantagem do processo eleitoral que lhe possibilite o aumento de suas votações e conseqüentemente a conquista de cargos, e dentro de uma classificação de natureza ideológica e pragmática que uma coligação possa ter, em termos de consistência, meio consistência e inconsistência, é que analisamos as coligações proporcionais que os partidos em questão conformaram na eleição de 1998 a fim de dimensionarmos o comportamento dos

⁶ O governo do PSDB é conhecido como "governo tucano", por ser esta ave típica da fauna brasileira o símbolo do partido.

mesmos em relação às suas buscas e conquistas de vagas na assembleia legislativa do estado. Desta forma, o Quadro 1 expõe a classificação das coligações dos partidos de esquerda na eleição proporcional para a ALEPA em 1998 em termos de proximidade ou afastamento ideológico entre os partidos que as compuseram.

Quadro 1 – Classificação das coligações proporcionais na eleição de 1998.

PARTIDOS E COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NA ELEIÇÃO PARA A ALEPA EM 1998.		
Partido	Coligação	Classificação
PPS	COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR (PPS/PSC/PSD/PV)	Inconsistente
PV	COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR (PPS/PSC/PSD/PV)	Inconsistente
PCB	FRENTE DO POVO (PCB/PC do B/PSB)	Consistente
PC do B	FRENTE DO POVO (PCB/PC do B/PSB)	Consistente
PSB	FRENTE DO POVO (PCB/PC do B/PSB)	Consistente

Fonte: O autor da pesquisa, 2014.

*PT e PDT, embora estando coligados cada um numa coligação majoritária, saíram isolados na disputa proporcional para a ALEPA.

**O PSTU não coligou na eleição para o cargo majoritário e consequentemente assim o fez na eleição proporcional para a ALEPA.

Neste sentido, podemos tirar algumas conclusões a partir da figura exposta. Em primeiro, a de que, a aproximação dos partidos de esquerda em uma mesma coligação, foi resultado do ambiente construído e torna das coligações majoritárias em que estiveram participando. Em segundo, que os aliados foram escolhidos no sentido de diminuir os custos na disputa por vagas para a assembleia legislativa do estado com a tentativa de aumentar o número de votação. O PPS e o PV por estarem submersos numa coligação suprapartidária para o executivo estadual em 1998, que ia além dos partidos de esquerda, tiveram mais opções de aliados para a disputa para a ALEPA, e sem muita dificuldade construíram uma coligação “inconsistente”, tendo em vista que o PSC e PSD estavam localizados mais à direita do espectro ideológico. Já os partidos como PSB, PCB e PC do B estiveram inseridos numa coligação “consistente” devido à proximidade ideológica que estes teriam entre si. Contudo, podemos dizer que nas eleições de 1998 para a assembleia legislativa paraense, os partidos de esquerda no Pará coligaram-se em sua maioria, como estratégia de diminuir os custos e ampliar suas votações, e suas coligações mostraram-se divididas em termos de consistência e inconsistência, o que nos leva a supor uma maior importância dada às regras e a tirada de vantagens que o domínio dessas pudesse dar na disputa eleitoral, ou seja, a estratégia na utilização das normas a seu favor teria importância fundamental para se chegar ao objetivo de conquistas de vagas na ALEPA.

No caso das vagas conquistadas com as estratégias que traçaram na eleição de 1998 para a assembleia legislativa do estado, apresentamos a Figura 3 (abaixo) com o número de

cadeiras que cada coligação conseguiu em tal eleição, e a detalhamos por partidos que compuseram a mesma, a fim de percebermos o desempenho dos partidos de esquerda na eleição daquele ano para a ALEPA.

Figura 3- Vagas conquistadas pelas coligações e partidos na eleição de 1998.

VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS NA ELEIÇÃO DE 1998.		
COLIGAÇÃO/PARTIDO	VAGAS	PARTIDOS
COLIGACAO DEMOCRATICA POPULAR (PPS/PSC/PSD/PV)	3	PSD -2; PPS - 1
FRENTE DO POVO (PSB, PC do B, PCB)	2	PSB - 1, PC do B -1
PARTIDO DOS TRABALHADORES (SEM COLIGAÇÃO)	4	PT - 4
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (SEM COLIGAÇÃO)	3	PDT - 3
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS (SEM COLIGAÇÃO)	0	PSTU - 0

Fonte: Repositório de Dados do TSE, 1998.

A figura 3 nos revela que, dos partidos de esquerda que estiveram em coligações fora do seu eixo ideológico, ou seja, PPS e PV, somente o primeiro conseguiu alcançar uma vaga na ALEPA, ficando as demais vagas da sua coligação com o PSD, partido mais à direita no espectro ideológico esquerda/direita. Já no caso dos partidos que compuseram coligação na disputa eleitoral para o legislativo estadual dentro de seu eixo ideológico da esquerda, apenas o PCB não conseguiu conquistar vaga, os demais PC do B e PSB ficaram com uma cadeira cada. O PT, PDT e PSTU resolveram sair sozinhos na coligação proporcional para a ALEPA, e destes, somente o último não obteve êxito em sua estratégia, não conquistando vaga alguma. Juntos PT e PDT ficaram com setenta por cento (70%) das vagas que as legendas de esquerda conquistaram na eleição de 1998, ficando o PT com quatro (04) cadeiras e o PDT com três (03) vagas na ALEPA.

Do ponto de vista de representação conquistada junto ao legislativo do Pará na eleição de 1998, podemos dizer que os partidos de esquerda obtiveram êxito tanto nas suas estratégias coligacionistas ou mesmo na preferência de disputar a eleição de maneira isolada de coligação. No que tange aos cinco (05) partidos que estiveram em coligações, apenas dois (02) não conquistaram representantes. Os outros três (03) partidos ficaram com um representante cada, o que representa trinta por cento (30%) das vagas conquistadas por toda a esquerda nesta eleição de 1998. Dos oito (08) partidos de esquerda que disputaram o pleito de 98 para a

ALEPA, cinco (05) conseguiram obter êxito na conquista de representação naquela casa de leis, o que configura estratégias bem sucedidas no complexo e disputado jogo eleitoral daquele ano, avaliando pelo número de partidos que conseguiram se fazer representar na assembleia legislativa do Pará. No total os partidos considerados de esquerda tiveram eleitos dez (10) representantes, onde sete (07) vagas ficaram nas mãos dos dois (02) partidos mais estruturados nacionalmente àquela altura, PT e PDT, e as outras três vagas restante ficaram distribuídas por outras três legendas que foram PPS, PSB e PC do B.

5.2.2 A esquerda e suas coligações para a Assembleia Legislativa do Pará na eleição de 2002 e suas conquistas.

As eleições de 2002 apresentou um novo elemento ao sistema eleitoral brasileiro que foi a obrigatoriedade de se repetir nos estados federados as coligações aos cargos majoritários nacionais para o executivo. A verticalização das coligações, como tal obrigatoriedade ficou conhecida, foi editada com o discurso de facilitar a identificação por parte dos eleitores a que grupo de partidos e a qual projeto estaria votando, dando ao mesmo mais controle sobre os candidatos e partidos em que votariam. No entanto, os partidos que não estivessem em nenhuma coligação majoritária nacional para presidente, estaria desobrigado de seguir um padrão nos estados, coligando-se conforme a lógica estratégica que melhor os levariam a obter vantagens no processo eleitoral.

Neste sentido, a verticalização impôs aos estados a fragmentação política semelhante a que estava em torno da disputa presidencial no País. No Pará, os partidos de esquerda estavam divididos por cinco candidaturas majoritárias das oito que concorriam pelo poder no estado, sendo cabeça de chapa em três delas, na figura do PSB, PT e PSTU respectivamente. Nas outras duas candidaturas exerceram o papel de forças secundárias como membros das coligações. Contudo, ressaltamos que a disputas majoritária nacional e estadual forneceram aos partidos de esquerda no estado, o cenário e seus limites para buscarem traçar suas estratégias para a disputa proporcional para a assembleia legislativa, e a Figura 4 nos expõe o resultado desses espaços em que as coligações de tais partidos foram construídas.

Figura 4 – A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do Estado do Pará na eleição de 2002.

PARTIDO	LEGENDA	SIGLA	COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40	PSB	COLIGAÇÃO O PARÁ NAS MÃOS DO POVO (PSL / PSC / PHS / PSB / PGT / PTC)
PARTIDO DOS TRABALHADORES	13	PT	COLIGAÇÃO O PARÁ PARA TODOS (PT / PCB / PL / PMN / PC do B)
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	21	PCB	COLIGAÇÃO O PARÁ PARA TODOS (PT / PCB / PL / PMN / PC do B)
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65	PC do B	COLIGAÇÃO O PARÁ PARA TODOS (PT / PCB / PL / PMN / PC do B)
PARTIDO VERDE	43	PV	COLIGAÇÃO PARÁ PROGRESSO (PST / PSDC / PRTB / PSD / PV / PRP / PRONA / PT do B)
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	23	PPS	COLIGAÇÃO (PPS-PTN)
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12	PDT	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	16	PSTU	SEM COLIGAÇÃO

Fonte: Repositório de Dados do TSE, 2002.

Os dados da Figura 4 nos evidenciam a fragmentação em que os partidos de esquerda encontravam-se e nos revelam a estratégia de alianças para a eleição proporcional que tais partidos traçaram. O PSB saiu com a candidatura própria do então senador Ademir Andrade ao governo estadual, e fez uma aliança que extrapolava o campo dos partidos considerados de esquerda, e tal comportamento se refletiu também na estratégia para a disputa proporcional para a assembleia legislativa no estado, ou seja, o fator de aproximação ideológica não teve muita importância na hora da composição de sua aliança.

O PT, PCB e PC do B mantiveram a proximidade da eleição de 1998, mas com a entrada do PL e PMN na coligação nacional que elegeu naquela eleição Luís Inácio Lula da Silva presidente. No estado era necessária a repetição da aliança nacional na eleição majoritária local, fato que interferiu substantivamente na configuração da coligação para as eleições proporcionais da assembleia legislativa, tendo em vista, que tal coligação ficou restringida aos partidos que estiveram na coligação majoritária para presidente. A extrapolação dos campos ideológicos que diferenciam os partidos entre si, tanto no nível das eleições presidenciais e para governadores implicaram na disputa para o parlamento local, remetendo a uma lógica muito mais estratégica e pragmática dos partidos de esquerda como forma de melhorar as chances de chegar aos espaços de poder no sistema político nacional e local.

A construção de uma aliança nacional chamada de “Frente Trabalhista” pelo PPS, PDT, PTB e Partido Trabalhista Nacional (PTN) estabeleceu o cenário no estado que os dois partidos mais à esquerda teriam que trabalhar suas estratégias tanto para o executivo local, como para a ALEPA. A frente trabalhista ia além dos limites do trabalhismo visto a partir da ótica da esquerda, e estabelecia relação com uma visão do mesmo fenômeno mais próxima da direita. Neste sentido, o PPS resolveu pela adoção de aliança com o PTN, partido considerado

fora do eixo da esquerda e o de potencial menos ofensivo, para a disputa por vagas na assembleia legislativa local. O PDT manteve seu comportamento da eleição anterior de sair sem coligar na eleição proporcional para o parlamento estadual.

O PV, por não ter lançado candidatura a presidente e não estando presente formalmente em nenhuma coligação de candidatura majoritária, ficou livre pra se aliar nos estados conforme as especificidades locais e traçar a estratégia que melhor contribuísse para seu empoderamento local. Neste sentido, o PV no Pará optou por coligar-se na majoritária com o PSDB e na proporcional para a assembleia legislativa uniu-se a sete (07) outros pequenos partidos, todos fora do eixo dos partidos tidos como de esquerda no Brasil. Já o PSTU manteve a linha de não coligar-se tanto na eleição majoritária como na proporcional, tanto nacionalmente como nas eleições estaduais de 2002.

Neste sentido, a partir da classificação das coligações em níveis de consistência, meio consistência e inconsistência ideológica em que os partidos de esquerda no Pará escolheram seus parceiros para se coligarem na eleição para a ALEPA em 2002, é que expomos a Quadro 2 com os partidos e suas respectivas coligações.

Quadro 2 – Classificação das coligações proporcionais na eleição de 2002.

PARTIDOS E COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NA ELEIÇÃO PARA A ALEPA EM 2002.		
Partido	Coligação	Classificação
PSB	O PARÁ NAS MÃOS DO POVO (PSL/PSC/PSB/PHS/PGT/PTC)	Inconsistente
PT	PARÁ PARA TODOS (PT/PC do B/PCB/PL/PMN)	Inconsistente
PC do B	PARÁ PARA TODOS (PT/PC do B/PCB/PL/PMN)	Inconsistente
PCB	PARÁ PARA TODOS (PT/PC do B/PCB/PL/PMN)	Inconsistente
PV	PARÁ PROGRESSO (PST/PRTB/PSDC/PSD/PV/PRP/PRONA/PT do B)	Inconsistente
PPS	COLIGAÇÃO (PPS-PTN)	Inconsistente

Fonte: O autor da pesquisa, 2014.

*PDT embora coligado na majoritária com outros partidos, resolveu sair sem coligar-se na proporcional;

**PSTU saiu isolado na majoritária e proporcional.

O Quadro 2 nos mostra a maioria dos partidos de esquerda no Pará optando por fazer coligação na disputa proporcional para a assembleia legislativa do estado, e ainda, todas as coligações indo além da semelhança ideológica que os colocam em determinado grupo de partidos. O que atesta a tendência cada vez maior de coligação como tática eleitoral dos partidos de esquerda no Brasil, e ainda, com o aumento do comportamento coligacionista dos partidos, se observa desde 1994, segundo Krause e Godoi (2010), um aumento gradativo pela

prática de alianças tidas como “inconsistentes” do ponto de vista da aproximação ideológica dos partidos que compuseram as coligações eleitorais de maneira geral.

Desta forma, percebemos na eleição de 2002 para a assembleia legislativa paraense que apenas dois partidos saíram isolados na disputa eleitoral. E os demais que fizeram coligações, escolheram aliados muito além das afinidades ideológicas, ou seja, numa ação coligacionista elaborada por um princípio baseado numa racionalidade instrumental da perspectiva downsianiana de economia dos esforços e maximização dos ganhos. O que corrobora o posicionamento de Krause e Godoi (2010), de que a coligação seria um instrumento disponível para alcançar o maior número de eleitores possível, sem descartar o objetivo de ter maior influência e acesso à máquina governamental com a aproximação dos núcleos decisórios pós eleição. E onde o eixo esquerda-direita não seria o fator principal que levasse os partidos a coligarem-se, dado que o pragmatismo assumiria a prioridade no processo do cálculo que pudesse colocar os partidos em condições vantajosas de disputa eleitoral. Sendo assim, as coligações praticadas pelos partidos de esquerda no Pará na eleição de 2002, foram todas pragmáticas, o que deu a elas do ponto de vista do conteúdo ideológico, a classificação de “inconsistentes”, mostrando que a estratégia de ultrapassar os limites do seu eixo ideológico foi acertada, tendo em vista, o objetivo principal naquela eleição proporcional para a ALEPA, ter garantido aos mesmos a representatividade buscada com tais coligações.

A estratégia coligacionista dos partidos de esquerda na eleição proporcional de 2002 rendeu-lhes algumas cadeiras no parlamento paraense, onde o PSB na coligação “O Pará nas mãos do Povo” ficou com a única vaga conseguida pela coligação. A coligação “O Pará para todos” conseguiu dez (10) vagas, onde cinco (05) delas foram para o PT, uma para o PC do B e as outras quatro (04) ficaram com o PL. O PPS na sua coligação com o PTN conseguiu apenas uma vaga que ficou com o Partido Popular Socialista. Já o PDT que saiu isolado conseguiu conquistar duas vagas na assembleia legislativa, e a coligação do PV conseguiu quatro (04) vagas sendo que nenhuma delas ficou com o mesmo, ficando o PST e o PSD ambos com duas vagas.

A Figura 5 nos mostra como ficou a distribuição das vagas conquistadas na ALEPA em 2002 pelos partidos de esquerda.

Figura 5 – Vagas conquistadas pela coligação e partidos de esquerda na eleição de 2002.

VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÃO E PARTIDOS DE ESQUERDA NA ELEIÇÃO DE 2002		
COLIGAÇÃO/PARTIDO	VAGAS	VAGA POR PARTIDO
COLIGAÇÃO O PARÁ NAS MÃOS DO POVO (PSL / PSC / PHS / PSB / PGT / PTC)	2	PSB - 2
COLIGAÇÃO O PARÁ PARA TODOS (PT/PCB/PL/PMN/PC do B)	11	PT - 5, PL - 5, PC do B - 1
COLIGAÇÃO PARÁ PROGRESSO (PST/PSDC/PRTB/PSD/ PV /PRP/PRONA/PT do B)	4	PSD - 2, PST - 2
COLIGAÇÃO (PPS-PTN)	1	PPS - 1
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	2	PDT - 2
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS	0	PSTU - 0

Fonte: Repositório de Dados do TSE, 2002.

Na eleição de 2002, os partidos de esquerda no Pará, somados conseguiram onze (11) representantes na ALEPA. Contudo, essas vagas ficaram distribuídas entre cinco (05) dos oito (08) partidos de esquerda que disputaram a eleição de 2002. Dos oito (08) partidos de esquerda que disputaram a eleição de 2002, apenas dois (02) saíram sem coligar na disputa para a ALEPA que foram o PDT e PSTU, e os seis (06) restantes que estiveram em coligação, apenas PV e PCB não obtiveram êxito na conquista de uma cadeira no legislativo do Pará. Crescendo em uma vaga em relação a eleição de 98, as vagas ficaram distribuídas pelas mesmas cinco (05) legendas que conquistaram vagas na eleição anterior para a ALEPA, que foram; PT, PDT, PSB, PC do B e PPS. Nesta lógica de análise, levando em consideração o número de partidos de esquerda que disputaram a eleição para a ALEPA em 2002, e o número de partidos que alcançaram representatividade parlamentar naquela casa de leis, podemos dizer que as estratégias coligacionistas, que foram traçadas pela maioria dos partidos analisados, surtiram o efeito desejado na disputa eleitoral por vagas para a assembleia legislativa do Pará.

5.2.3 A aliança dos partidos de esquerda para a Assembleia Legislativa do Pará em 2006 e suas conquistas.

As eleições de 2006 no Pará representaram a suspensão de um período de doze anos do PSDB sobre o governo do estado. E os partidos de esquerda se situavam mais uma vez divididos em coligações diferentes para as eleições majoritárias. De um lado, na coligação de apoio à candidatura tucana de Almir Gabriel que tentava seu terceiro mandato no comando do Pará, estavam o PPS e PV, e informalmente o PDT, tendo em vista, o partido ter lançado a candidatura do então senador pelo Distrito Federal Cristovam Buarque para presidente, e pelo fato, de ainda, estar vigorando a regra da verticalização das coligações naquela eleição estava

impedido de fazer uma adesão formal à candidatura tucana no estado. No bloco opositor estavam o PT, PC do B e PSB, que acabou polarizando a disputa no primeiro turno, vindo a ganhar no segundo turno com a eleição da então senadora Ana Júlia Carepa do PT. O PCB dessa vez sai aliado com o recém-nascido PSOL, que foi fundado por um grupo de parlamentares e militantes do PT que saíram e/ou foram expulsos depois de divergirem de algumas políticas implementadas pelo governo nacional comandado pelos petistas, e lançaram a candidatura do ex-prefeito de Belém Edmilson Rodrigues. O PSTU continuou na sua tradicional postura de lançar candidatura isolada aos cargos majoritários e proporcionais no Pará. Neste contexto, a Figura 6 nos mostra como ficou a conformação das alianças eleitorais para o parlamento paraense nas eleições de 2006.

Figura 6 – A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do Estado do Pará na eleição de 2006.

PARTIDO	LEGENDA	SIGLA	COLIGAÇÃO
PARTIDO DOS TRABALHADORES	13	PT	PT-PC DO B - PRB
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	21	PCB	FRENTE DE ESQUERDA (PSOL/PCB)
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40	PSB	COLIGAÇÃO MUDA PARÁ - PSB/PTN
PARTIDO VERDE	43	PV	UNIDOS PELO PARÁ (PV/PAN/PRTB/PHS/PTC/PRP/PRONA/PT do B)
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	50	PSOL	FRENTE DE ESQUERDA (PSOL/PCB)
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65	PC do B	PT-PC DO B - PRB
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12	PDT	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	16	PSTU	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	23	PPS	SEM COLIGAÇÃO

Fonte: Repositório de Dados do TSE, 2006.

A análise dos dados sobre as coligações dos partidos de esquerda nas eleições de 2006 para a assembleia legislativa paraense no revelam o PT e o PC do B mais uma vez dividindo o mesmo espaço na coligação proporcional, só que agora com o Partido Republicano Brasileiro (PRB), um partido construído a partir de parlamentares e lideranças ligadas à bancada evangélica da Igreja Universal no Congresso brasileiro. Neste sentido, embora conservando-se como aliados históricos no mesmo eixo da esquerda, PT e PC do B, não se furtaram a expandir o seu leque de alianças, tanto na eleição ao majoritário quanto para a proporcional, a um partido que não tinha nenhuma afinidade ideológica, ou mesmo se poderia dizer, que são incompatíveis. Mais uma vez o processo de disputa alimenta a lógica de tirar vantagem eleitoral de suas políticas de aliança. O PSB que participava da mesma coligação em torno da candidatura majoritária dos petistas ao governo do Pará resolve sair coligado com o PTN, que

era a força política menos expressiva de tal coligação e não estava localizado no eixo dos partidos de esquerda.

O PDT, de maneira informal, o PPS e o PV voltaram a compor, nas eleições majoritárias de 2006 a chapa dos tucanos em favor da candidatura de Almir Gabriel. Dentro deste contexto, o PV opta por fazer coligação com alguns partidos menores que compunham a coligação majoritária para governo do Pará. No entanto, os parceiros escolhidos gravitam fora da dimensão dos partidos considerados de esquerda no Brasil, o que nos assegura afirmar que tal coligação para a disputa por vagas na assembleia legislativa paraense, foi uma estratégia formulada do ponto de vista competitivo no processo eleitoral, ou seja, muitos partidos coligados aumenta a chance de ultrapassar o quociente eleitoral, e ainda, o tamanho dos partidos e a influência de seus principais candidatos colocariam o PV com uma competitividade maior na disputa por vagas na assembleia legislativa do estado.

Comportamento diferente adotaram o PDT e o PPS, ambos estiveram juntos compondo a frente trabalhista na eleição de 2002, agora já estavam abrigados no governo tucano de Simão Jatene eleito naquele mesmo ano. Contudo, mais capilarizados na sociedade paraense, ou mesmo buscando criar uma identidade mais sólida do partido com os eleitores no estado, tanto PDT quanto PPS decidem jogar o jogo eleitoral de maneira isolada nas eleições proporcionais para o parlamento paraense. Dentro dessa perspectiva, mesmo com a coligação majoritária ampla, estes dois partidos viram na postura de saírem sozinhos, por diferentes motivos, a possibilidade de aumentarem as suas chances de elegerem seus representantes para a assembleia legislativa paraense.

O PSOL, mesmo novo no sistema eleitoral e partidário brasileiro, começou sua trajetória de disputas eleitorais se utilizando das coligações, tanto nas eleições majoritárias, como na proporcional para a assembleia legislativa, e o PCB foi o aliado de primeira hora. Neste sentido, mesmo sabendo do peso pequeno que o PCB teria no jogo eleitoral, o PSOL optou por coligar-se, e neste caso, a aliança se deu dentro do mesmo campo ideológico da esquerda. O PSTU manteve sua linha de não coligar-se, tanto nas eleições para governador como na proporcional para o parlamento paraense no ano de 2006.

O Quadro 3 nos mostra a classificação das quatro coligações formadas pelos partidos de esquerda no Pará, a partir da identidade ideológica entres as legendas que compuseram tais coligações nas eleições para a assembleia legislativa paraense em 2006. O que nos dá uma dimensão da estratégia utilizada na escolha dos melhores parceiros para a disputa eleitoral daquele ano, e a compreensão do contexto em que tais estratégias foram consolidadas no sen-

tido de se alcançar alguns objetivos, entre os quais, a ampliação da base eleitoral da coligação e com isso a conquista de cadeiras no parlamento paraense.

Quadro 3 – Classificação das coligações proporcionais na eleição de 2006.

PARTIDOS E COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NA ELEIÇÃO PARA A ALEPA EM 2006.		
Partido	Coligação	Classificação
PT	PT-PC do B-PRB	Inconsistente
PC do B	PT-PC do B-PRB	Inconsistente
PSB	COLIGAÇÃO MUDA PARÁ (PSB/PTN)	Inconsistente
PV	UNIDOS PELO PARÁ (PV/PRONA/PAN/PRTB/PHS/PTC/PRP/PT do B)	Inconsistente
PSOL	FRENTE DE ESQUERDA (PSOL/PCB)	Consistente
PCB	FRENTE DE ESQUERDA (PSOL/PCB)	Consistente

Fonte: O autor da pesquisa, 2014.

Nas eleições de 2006, nos evidencia a figura acima, que das quatro (04) coligações em que estiveram presentes os partidos de esquerda, três (03) delas foram classificadas como “inconsistentes”, do ponto de vista da proximidade ideológica dos partidos que compuseram tais coligações. Apenas uma delas foi considerada “consistente”, tendo em vista, ter sido formada pelo recém-criado PSOL e pelo tradicional PCB, ambos dentro dos marcos da esquerda brasileira, na tentativa de criarem uma identidade à esquerda com o eleitorado paraense. O comportamento do PSOL em sua primeira eleição nos mostra que apesar de novo, o mesmo já nasce sabendo da importância instrumental que as coligações exercem no processo eleitoral brasileiro, ou seja, não mostra resistência às coligações, e sim em relação aos parceiros que as compõem. No caso especial da coligação do PT, PC do B e PRB, esta foi considerada “inconsistente” pela presença do PRB, partido criado na legislatura de 2002 a 2006 sob o marco da bancada evangélica ligada à igreja Universal do Reino de Deus, ou seja, de um setor considerado conservador da sociedade brasileira, e nada afinado com as demandas mais progressista da esquerda no País.

A predominância das coligações “inconsistentes” sobre as “consistentes” entre os partidos de esquerda paraense nos revela que a lógica pragmática tem sido muito mais levada em consideração na hora de fazer alianças eleitorais. O que nos mostra que a maximização do número de votos como princípio geral, esteve presente na lógica comportamental de todas as legendas. E isso pode ser verificado não somente nas escolhas feitas pelos partidos dos melhores parceiros para se enfrentar a disputa no mercado eleitoral, mas também na configuração de uma estratégia que possibilite aumentar os ganhos, o que leva à diminuição da conformação de alianças que apresentem qualquer tipo de resistência ideológica. Sendo assim, sem deixar

de levar em consideração, que a prática coligacionista, além de relacionar-se com o possível aumento no número de votos, também dá a possibilidade de relacionamento com os grupos ou partidos que estão ou estarão no comando do poder político. Dentro dessa perspectiva, é que as elites partidárias buscam na montagem de suas estratégias utilizarem as regras do jogo da melhor maneira a favor de seus partidos.

Neste sentido, expomos na Figura 7 as coligações e conquistas dos partidos de esquerda na eleição para a ALEPA no ano de 2006, a fim de compreendermos o êxito ou não de suas estratégias coligacionistas.

Figura 7 – Vagas conquistadas pelas coligações e partidos de esquerda na eleição de 2006.

VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS DE ESQUERDA NA ELEIÇÃO DE 2006.		
COLIGAÇÃO/PARTIDO	VAGAS	VAGAS POR PARTIDOS
P T - PC do B- PRB	6	PT - 5, PRB - 1
FRENTE DE ESQUERDA (PSOL/PCB)	0	0
COLIGAÇÃO MUDA PARÁ (PSB/PTN)	1	PSB - 1
UNIDOS PELO PARÁ (PV/PAN/PRTB/PHS/PTC/PRP/PRONA/PT doB)	1	PV - 1
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	2	PDT - 2
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS	0	0
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	1	PPS - 1

Fonte: Repositório de Dados do TSE, 2006.

No processo eleitoral de 2006, os partidos de esquerda no Pará somados conquistaram dez (10) das onze (11) vagas que suas coligações conquistaram na ALEPA. Dos nove (09) partidos considerados de esquerda, cinco (05) conseguiram alcançar representação no parlamento estadual. Das dez (10) vagas conquistadas pela esquerda, três (03) delas foram conseguidas por partidos que não compuseram nenhuma coligação, e as sete (07) restantes ficaram distribuídas por três (03) coligações do total de quatro (04) em que tais partidos estavam incluídos. A estratégia do PPS e PDT de saírem sem coligar na eleição proporcional para a assembleia legislativa local possibilitou a conquista de uma vaga pelo primeiro e duas pelo segundo. No caso da coligação entre PT, PC do B e PRB, das seis (06) vagas que a coligação conquistou cinco (05) ficaram com o PT e uma com o PRB, o PC do B não conseguiu nenhuma vaga. O PV acabou conseguindo ficar com a vaga que sua coligação alcançou, e o PSB garantiu para si a única vaga conquistada na aliança com o PTN. O PSOL e o PSTU não conseguiram nenhuma vaga na disputa eleitoral de 2006.

No tocante a uma comparação entre o número de partido de esquerda que disputaram a eleição de 2006 e os que alcançaram uma representatividade junto à assembleia legislativa

local, podemos dizer que mais de cinquenta por cento (50%) alcançaram o seu objetivo de fazerem se representar em tal legislativo, tendo em vista, que cinco (05) dos nove (09) partidos que disputaram a referida eleição proporcional conquistaram pelo menos uma vaga na ALEPA. Ressaltamos ainda, que setenta por cento (70%) das vagas conquistadas por tais partidos de esquerda, ficaram distribuídas entre partidos que compuseram coligações proporcionais, ou seja, dos seis (06) que coligaram três (03) garantiram representação. Os outros trinta por cento (30%) ficaram entre os partidos que saíram sem coligar, onde, dos três (03) que não coligaram, dois (02) alcançaram o objetivo de conquistar representação junto à ALEPA. Neste sentido, com a manutenção mais ou menos estável do número de vagas e com a quantidade de partidos de esquerda que alcançaram representação, fazendo um comparativo com as eleições anteriores, podemos dizer que a estratégia coligacionista de tais partidos tem sido um dos fatores fundamentais que tem possibilitado aos mesmos alcançar representatividade eleitoral e consequentemente na assembleia legislativa do Pará.

5.2.4. As alianças para a disputa eleitoral dos partidos de esquerda na busca por vagas na Assembleia Legislativa do Pará em 2010 e suas conquistas.

As eleições de 2010 no Pará foi um pleito em que mais uma vez PT e PSDB polarizaram a disputa majoritária pelo governo estadual. Contudo, a polarização se deu de maneira inversa ao que estávamos acostumados a ver, onde, o PT ocupava o governo do estado, e o PSDB fazia o papel de oposição que tentava retornar ao poder depois da derrota na eleição de 2006. Dos partidos considerados de esquerda, entre os mais históricos e os neófitos que estavam em condições de participar das eleições no Brasil, somente o PPS, PSOL e PSTU não estavam no bloco governista, que abrigava além da esquerda, vários partidos considerados de direita. Neste sentido, os partidos de esquerda que compunham a coligação governista tinham uma dezena de partidos em que poderiam negociar suas estratégias eleitorais e consequentemente leva-los a tirar vantagem do processo eleitoral. A Figura 8 nos dá essa dimensão em que os partidos de esquerda traçaram suas estratégias de alianças nas eleições de 2010.

Figura 8 – A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do Estado do Pará na eleição de 2010.

PARTIDO	LEGENDA	SIGLA	NOME DA COLIGAÇÃO
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	23	PPS	COLIGAÇÃO PPS/PSDC/PMN/PRTB/PRP
PARTIDO DOS TRABALHADORES	13	PT	FRENTE ACELERA PARÁ (PHS/PT/PP)
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65	PC do B	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12	PDT	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40	PSB	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	50	PSOL	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	16	PSTU	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO VERDE	43	PV	SEM COLIGAÇÃO

Fonte: Repositório de Dados do TSE, 2010.

O PT e o PPS foram os únicos partidos de esquerda que fizeram coligação proporcional nas eleições de 2010. Ambos coligaram com partidos fora do espectro ideológico da esquerda, ou seja, na busca de se tornarem competitivos no processo eleitoral de 2010, tanto o PPS quanto o PT foram muito pragmáticos na formalização de suas alianças, o que corrobora a ideia de busca de que as elites partidárias traçam suas estratégias na busca de maximizar o potencial de eleição dos candidatos de seus partidos. Os demais partidos tais como: PDT, PSB, PC do B, PV, PSOL e PSTU saíram isolados nas suas coligações proporcionais para a assembleia legislativa do estado. As razões que levaram tais partidos a disputarem as eleições sem estarem coligados são múltiplas, que vão desde o potencial de determinado partido alcançar sozinho um número de votos o suficiente para que estes venham a conquistar vagas na assembleia legislativa do Pará, bem como, a estratégia de potencializar lideranças no cenário político do estado, ou mesmo, uma opção política de cunho mais ideologizada.

Contudo, não podemos esquecer que, mesmo não se utilizando de estratégias pragmáticas na eleição proporcional, os partidos de esquerda, em sua maioria, com exceção do PSOL e PSTU, estavam inseridos num contexto pragmático de alianças políticas eleitorais. Neste sentido, há a constatação de que as alianças eleitorais formuladas pelos partidos de esquerda, primeiramente tem buscado resultados eleitorais satisfatórios em detrimento de qualquer dimensão mais ideologizada em torno do ideário da esquerda. Sendo assim, não podemos deixar de destacar que a prática coligacionista dos partidos de esquerda vem aumentando, com estes, cada vez mais propensos a disputar eleições em conjunto com outras forças políticas (KRAUSE, 2010).

Ainda, em Krause (2010), nos é revelado que, na medida em que cresce a opção dos partidos de esquerda, em disputar as eleições em conjunto com outros partidos, cresce tam-

bém em número, as alianças que são constituídas fora das dimensões ideológicas dos mesmos, sejam nas disputas majoritárias e/ou proporcionais. No caso das análises feitas em nosso trabalho no contexto paraense, somente o PSTU foge às tendências apresentadas acima, e o PSOL, não tem ainda, eleições disputadas em número suficiente para estabelecermos uma tendência comportamental por tal partido nos processos eleitorais brasileiro. Porém, é necessário ressaltar que na eleição proporcional, o PDT também durante o período analisado não fez questão de qualquer coligação com outros partidos na busca por vagas na assembleia legislativa paraense. Diante do exposto formulamos algumas conclusões a respeito dos dados do período estudado, e que serão mencionadas nas conclusões a respeito da política de aliança dos partidos de esquerda no Pará de 1998 a 2010.

Na disputa eleitoral de 2010, o PT na sua aliança com o PP e o Partido Humanista da Solidariedade (PHS) foi o que mais conquistou cadeiras dos partidos considerados de esquerda, das nove cadeiras que sua coligação conseguiu, oito ficaram com os petistas, e uma com o PP. A coligação em que o PPS esteve conseguiu duas cadeiras, sendo, uma para o próprio partido e a outra ficou com o PMN. Dos demais partidos que resolveram sair sem se coligarem, os quais foram o PV, o PDT e o PSOL, todos conquistaram uma única cadeira na assembleia legislativa do Pará.

A eleição de 2010 para a assembleia legislativa do Pará é a que mais se diferencia no que tange à participação dos partidos de esquerda em coligações eleitorais em comparação aos pleitos passados. Em primeiro lugar, pelo fato de a maioria destas legendas estarem reposicionadas dentro do aparato governamental, já que, embora fosse um governo de coalizão, cujo, os limites do eixo ideológico da esquerda tivessem em muito sido ultrapassado, o detentor do poder central era o PT, um partido historicamente considerado de esquerda. Dentro de tal contexto, em que estiveram os partidos de esquerda no processo eleitoral de 2010, é que expomos no Quadro 4, os dois (02) partidos que resolveram coligarem-se proporcionalmente na disputa de vagas para a ALEPA, e classificamos dentro da terminologia de consistência de Schmitt (1999) apud Krause (2012) tais coligações construídas pelos mesmos.

Quadro 4 – Classificação das coligações proporcionais na eleição de 2010.

PARTIDOS E COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NA ELEIÇÃO PARA A ALEPA 2010.		
Partido	Coligação	Classificação
PPS	COLIGAÇÃO PPS/PSDC/PMN/PRTB/PRP	Inconsistente
PT	FRENTE ACELERA PARÁ (PT/PP/PHS)	Inconsistente

Fonte: O autor da pesquisa, 2014.

A eleição de 2010 no Pará, como nos mostra o Quadro 4, teve apenas dois partidos considerados de esquerda à partir da literatura brasileira, e analisados em nosso estudo, praticando coligações na disputa proporcional para a assembleia legislativa local. O PT, pelo fato de ser governo, por dentro da máquina, e o PPS na oposição fora da esfera de governo. A reunião em torno de ambos, PT e PPS de partidos fora da dimensão ideológica de esquerda nos levaram a classificar as duas únicas coligações pelos partidos de esquerda na eleição daquele ano para a ALEPA, como “inconsistentes”. No caso do PPS, as escolhas se deram no ambiente da coligação majoritária em torno do PSDB, em que, aquele era o único partido considerado de esquerda a fazer parte desse bloco de partidos, fator, que não deixou muitas opções de aliados na eleição proporcional para o legislativo local. Já para o PT, o fato de estar na máquina e apresentar uma lista competitiva de candidatos, tornou a potencialidade de atração de aliados mais difícil, no entanto, trouxe partidos como PP e PHS para sua aliança, ambos fora do espectro ideológico da esquerda, apresentando a possibilidade de fazer uma boa bancada e, conseqüentemente, esses partidos colocarem seus mais bem colocados quadros entre os eleitos.

Neste sentido, a eleição de 2010 apresentou uma tendência há muito perceptível também, no comportamento dos partidos de esquerda no Brasil em relação à escolha de seus parceiros de coligação, mais precisamente a partir de 1994 segundo Krause e Godoi (2010), com a conformação cada vez mais frequente, de alianças eleitorais com partidos fora do eixo ideológico da esquerda, ou seja, coligações “inconsistentes”. O que nos evidencia um comportamento pragmático, utilizado pelas elites partidárias numa tentativa de estabelecer a melhor estratégia que possam garantir a seus partidos ganhos eleitorais, e conseqüentemente, maior poder de influência junto aos governos e aos grupos detentores do poder político, com a eleição de representantes dos mesmos.

Neste sentido, a Figura 9 abaixo nos mostra os resultados eleitorais dos partidos de esquerda na eleição de 2010 para a ALEPA em relação ao número de cadeiras conquistadas por eles e sua distribuição entre os mesmos.

Figura 9 – Vagas conquistadas pelas coligações e partidos de esquerda na eleição de 2010.

VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS DE ESQUERDA NA ELEIÇÃO DE 2010		
COLIGAÇÃO/PARTIDOS	VAGAS	VAGAS POR PARTIDOS
COLGAÇÃO PPS/PSDC/PMN/PRTB/PRP	2	PPS - 1, PMN - 1
FRENTE ACELERA PARÁ - PHS/PP/PT	9	PT - 8, PP - 1
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - SEM COLIGAÇÃO	0	PC do B - 0
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - SEM COLIGAÇÃO	2	PDT - 2
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - SEM COLIGAÇÃO	2	PSB - 2
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - SEM COLIGAÇÃO	1	PSOL - 1
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS - SEM COLIGAÇÃO	0	PSTU - 0
PARTIDO VERDE - SEM COLIGAÇÃO	1	PV - 1

Fonte: Repositório de Dados do TSE, 2010.

Na eleição de 2010 para a ALEPA, os partidos de esquerda no Pará apresentaram um comportamento diferenciado em relação aos pleitos anteriores, tendo em vista, que a tendência apresentada nas eleições anteriores, foi a de formalização de coligações proporcionais na disputa de vagas para aquela casa. Dos oito (08) partidos de esquerda que disputaram a eleição de 2010, apenas dois (02) se utilizaram de estratégias coligacionistas na disputa proporcional para o parlamento local, os quais eram o PPS e o PT, enquanto que, os demais, PDT, PC do B, PSB, PSOL, PSTU e PV resolveram sair isolados de qualquer coligação proporcional. O resultado da estratégia dos partidos em questão, foi um crescimento no número de vagas conquistadas pela legendas de esquerda na ALEPA na eleição de 2010. Em relação a eleição anterior, foram cinco (05) vagas a mais, ou seja, se na eleição de 2006 os partidos de esquerda conseguiram dez (10) vagas, no pleito de 2010 conseguiram quinze (15), o que aponta para uma certa estabilidade no número mínimo de vagas, que tais partidos somados tenham conseguido até aqui, que são dez (10) cadeiras na assembleia legislativa local.

As quinze (15) vagas conquistadas pelos partidos de esquerda para a ALEPA em 2010 foram distribuídas, entre seis (06), dos oito (08) partidos considerados de esquerda que disputaram aquele pleito. Contudo, cabe ressaltar que, mais de sessenta por cento (60%) das vagas conquistadas por tais partidos nesta eleição, ficaram concentradas nas mãos de duas legendas, as únicas a estarem presente em coligações proporcionais, que foram as do PT e PPS. Juntos, PT e PPS ficaram com nove (09) das quinze (15) vagas alcançadas pela esquerda, onde o PT ficou com oito (08) das nove (09) vagas que sua coligação conquistou. Já o PPS ficou com uma das duas vagas conquistadas pela coligação em que estava presente. As seis (06) vagas restante estiveram distribuídas entre quatro (04) dos demais partidos, os quais eram

o PDT, PSB, PSOL e PV, sendo que, o primeiro e o segundo ficaram com duas cadeiras cada, e os dois últimos conseguiram uma vaga respectivamente.

No caso dos partidos de esquerda que coligaram na proporcional para a disputa de cadeiras na ALEPA, o PT, por estar sob o comando do governo do estado que disputava a reeleição, foi alavancado à conquista de oito (08) cadeiras com a ajuda da máquina governamental e de sua coligação com partidos de direita, no caso o PP. Já o PPS na oposição, teve êxito na conquista de uma cadeira através de uma estratégia bem articulada com o PMN. Mesmo reconhecendo o papel que a máquina governamental exerceu em favor do desempenho do PT, é também concluído que os partidos que resolveram coligar tiveram um desempenho melhor que os demais partidos que resolveram sair isolados, tendo em vista, um menor número de partidos, apenas dois (02), somados, terem conseguido mais de sessenta por cento (60%) das vagas conquistadas pelos partidos de esquerda na ALEPA em 2010. Contudo, cumpre ressaltar, que nem por isso, podemos destacar que a opção de saírem isolados sem coligações pelos demais partidos, não foram exitosas dentro dos seus cálculos estratégicos para a disputa que travaram, uma vez que apenas dois (02) dos seis partidos que saíram isolados, não conseguiram alcançar vaga alguma. Ficando as seis (06) vagas conquistadas de maneira isoladas nas mãos de quatro (04) partidos que garantiram assim sua representatividade na ALEPA. Desta forma, mesmo em menor número na eleição de 2010, a formalização de coligações proporcionais para a disputa por vagas para a ALEPA, foram instrumentos fundamentais na conquista e aumento da presença dos partidos de esquerda nesta casa de leis do estado, uma vez que o maior número de cadeiras, foram conquistadas por dentro das coligações que foram formalizadas, e todas elas, com partidos de fora do eixo ideológico da esquerda, ou seja, inconsistentes. O que nos revela um comportamento estratégico dos partidos que compuseram tais coligações pragmáticas, com o objetivo de se darem bem no jogo eleitoral para a ALEPA.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as alianças praticadas pelos partidos de esquerda nas eleições para a ALEPA no período de 1998 a 2010 teve como objetivo responder a pergunta, de que seriam as alianças praticadas por tais partidos, de natureza ideológica ou pragmáticas, tendo em vista, o processo de institucionalização dos partidos brasileiros, no que tange, ao comportamento eleitoral dos mesmos. Da perspectiva de que, o conjunto de normas e as instituições consolidadas no País acabam criando comportamentos para os atores políticos submetidos a elas, é que se buscou, na compreensão do sistema partidário e eleitoral brasileiro, as respostas para as questões que são colocadas a respeito das estratégias construídas pelos partidos políticos de esquerda no Pará almejando a conquista de cadeiras no parlamento local.

Neste sentido, fizemos uma discussão sobre o sistema partidário de maneira geral a partir dos primeiros trabalhos que se tornaram clássicos na literatura sobre o tema, tais como; Duverger (1967) e Sartori (1982) e depois Downs (1999) e Michels (1982) a fim de estabelecermos uma compreensão mais clara do surgimento e desenvolvimento de um sistema partidário nos moldes da democracia, e assim, analisar o caso brasileiro. Desta forma, olhando para o sistema partidário e eleitoral brasileiro, percebemos que, assim como todo sistema eleitoral e partidário em qualquer lugar, estes foram pensados e construídos de forma a melhorar o processo de escolhas dos representantes, tornando-os mais transparentes e de fácil controle por parte da população. Contudo, Mainwaring (1991) já nos chamava a atenção para o fato de que os sistemas eleitorais são pensados segundo a lógica e interesses de quem os constroem, se não os favorecem diretamente, também não prejudica ou interfere nos interesses dos mesmos.

Nesta lógica, concluímos que o sistema eleitoral, onde se organiza o processo de escolhas dos representantes, interfere substancialmente no sistema partidário, estruturando as bases das disputas entre os partidos e até mesmo na forma com que estes se relacionam com a sociedade, fazendo com que as elites partidárias estabeleçam suas estratégias por dentro do sistema, buscando maximizar os seus benefícios e diminuir os custos que tenham que pagar para saírem vitoriosos nas eleições. Dessa forma, o sistema eleitoral brasileiro que surge com o período de democratização do País, legitima os partidos políticos como o elo de representação do cidadão com as esferas de poder político no País, e ao mesmo tempo enfraquece os mesmos frente à uma classe política nacional, por conter algumas características, tais como o voto personalizado, em que favorecem a classe de parlamentares eleitos que se tornam em algum momento condutores dos negócios dos partidos.

Entendemos nesse contexto que o enfraquecimento partidário se dá pelo grau de autonomia que os parlamentares e políticos têm na condução de seus mandatos, campanhas eleitorais, e sistema de escolha da lista dos eleitos, tendo em vista, que a sua eleição depende em grau elevado de sua atuação na campanha e nas estratégias utilizadas por este na conquista de votos no mercado eleitoral. Diante desse quadro, embora a democracia brasileira esteja sem sombras de dúvidas consolidada em bases partidárias, essa consolidação, ainda, deixa lacunas no que se refere ao papel principal do partido político de canalizador das demandas presente no seio da sociedade. Sendo assim, o apartamento dos partidos brasileiros da relação direta com as demandas da sociedade e a autonomia da classe política frente aos mesmos, dificulta a criação de uma identidade partidária por parte dos cidadãos brasileiros.

A análise sobre os sistemas partidário e eleitoral brasileiro nos deu as condições para avaliarmos os impactos que algumas normas acabam exercendo no processo de participação dos partidos no jogo institucionalizado de disputas pelo poder político no País. Neste sentido, o voto preferencial é salientado por favorecer comportamentos que inviabilizam o fortalecimento dos partidos brasileiros uma vez que o vínculo se dá diretamente entre eleitor e candidato, ficando o partido para segundo plano na relação de representação. No caso das coligações proporcionais, mesmo com todas as críticas que recebem por supostamente gerarem sub e sobre-representações dos partidos em número de vagas conquistadas, estas, tem sido um instrumento poderoso utilizado pelos partidos pequenos na hora de diminuir os custos políticos e eleitorais na busca por vagas nos parlamentos brasileiros. Os votos são individualizados nos candidatos e/ou partidos e a prática coligacionista permite o computo de maneira conjunta dos aliados para a distribuição de cadeiras para os parlamentos, que é feita através de uma lista ordenada por número de votos obtidos de cada candidato a representante, ou seja, do mais votado para o menos votado até o limite de número de vagas conquistadas por tal coligação.

Outra característica do sistema eleitoral brasileiro, além do voto preferencial e a possibilidade de formalização de coligações proporcionais, e que existe de maneira informal, é a existência de subsistemas nos estados, o que Nicolau (1996) chamou de federalização do sistema eleitoral brasileiro, onde não há um padrão de comportamento nacional e sim lógicas estaduais que alimentam e acirram as disputas eleitorais nos estados. Neste contexto, especificamente paraense, é que nos debruçamos nos dados que demonstram o comportamento coligacionista dos partidos considerados de esquerda nas disputas eleitorais para a assembleia legislativa do Pará. Contudo, a delimitação nos partidos deste eixo ideológico nos exigiu uma análise das classificações dos partidos brasileiros enquadrados na dicotomia ideológica es-

querda/direita, a fim de trazermos para nossa pesquisa os partidos de esquerda mais bem consolidados neste campo de atuação.

Neste sentido, as decisões emitidas pelas elites partidárias de esquerda nas eleições para a assembleia legislativa do Pará no período de 1998 a 2010, no que se refere às alianças que desempenharam, foram construídas pautadas numa racionalidade e com o objetivo de se terem um bom desempenho eleitoralmente, onde os fatores ideológicos pouco interferiram na reunião de forças de orientação ideológica diferente das dos partidos de esquerda. Talvez a eleição que esteve mais perto de representar essa dicotomia no seio das disputas políticas foi à eleição de 1998, onde, tinha de fato um bloco de partidos de esquerda com o discurso bem formulado de oposição às políticas de cunho neoliberais implementadas pelos governos tucanos nacionalmente, o que rebateu na realidade do estado, num primeiro momento por ser um governo também tucano, e depois, pelo fato de as mesmas políticas com medidas amargas terem sido levadas adiante no contexto governamental paraense.

É importante ressaltar, que a lógica de se traçar estratégias com potencial eleitoral eficazes no contexto brasileiro, geralmente tem ocorrido no desenho das coligações majoritárias que delimitam o espaço e os limites onde os partidos políticos atuarão na construção de suas coligações proporcionais, e onde, desenvolverão suas estratégias na disputa eleitoral para os parlamentos estaduais. No entanto, não podemos negligenciar o inverso, ou seja, a possibilidade de a estratégia proporcional dos partidos condicionarem a formação de uma aliança majoritária. No campo da disputa ideológica, Downs (1999) nos revela que independentemente de qual lado da dimensão esquerda ou direita, por serem atores racionais os partidos tendem a se deslocar para o centro, entre as duas extremidades, para que possam alcançar o maior número de apoio eleitoral possível, se a tendência da sociedade for por políticas mais gerais.

Nesta ótica é que percebemos os partidos de esquerda no Pará, no que se refere ao jogo eleitoral, muito mais preocupados em como otimizar os recursos disponíveis dentro dos limites do jogo democrático, do que propriamente fazer embates ideológicos, e para tanto, procuram partidos mais alinhados com este campo de atuação, ou seja, de comportamento pragmático. Neste sentido, com exceção do PSTU e do recém-criado PSOL, este disputando apenas duas eleições estaduais, todos os demais partidos classificados de esquerda, cito PT, PDT, PPS, PC do B, PV e PCB estiveram em coligações majoritárias com partidos considerados de direita. Contudo, é fundamental ressaltar, dentro da problemática que nos propusemos investigar que dentre esses partidos, apenas o PDT não formalizou nenhum tipo de coligação proporcional no período estudado, seja no campo da esquerda ou direita, embora estivesse

presente em todas eleições no Pará, formal ou informalmente, em coligações majoritárias que extrapolassem seu campo ideológico da esquerda.

No período estudado e a partir da classificação das coligações formalizadas pelos partidos de esquerda no Pará em termos de proximidade ideológica se utilizando da terminologia “consistente”, “meio consistente” e “inconsistente”, onde a primeira se configura por apresentar partidos do mesmo bloco ideológico (esquerda ou direita), a segunda por conter partidos do bloco intermediário conhecido como “centro” e partidos de uma das duas extremidades (esquerda/direita), e no caso das inconsistentes, as coligações apresentam partidos localizados nos pólos opostos da dicotomia esquerda e direita. Chegamos à conclusão nesse período de 1998 a 2010 em que analisamos o comportamento coligacionista dos partidos de esquerda no Pará, tal qual a de que, das doze (12) coligações em que estiveram presentes os partidos de esquerda no Pará, dez (10) delas foram classificadas em nosso estudo como “inconsistentes” por extrapolar a dimensão ideológica que aproxima os partidos entre si, a partir do eixo esquerda/direita, e apenas duas se enquadraram na terminologia de consistência.

Se estiver sendo uma tendência, de que os partidos de esquerda tenham ultrapassado seus limites ideológicos na busca da melhor maneira de se fazer competitivo no jogo democrático eleitoral, é natural que as diferenças entre os campos divergentes em que atuam perca notoriedade, o que, de outro ponto de vista é ruim, uma vez que o eleitor passa a ter cada vez menos controle sobre suas escolhas, já que não há como diferenciá-las de maneira qualitativa. Por outro lado, a disputa parece assumir um equilíbrio nas responsabilidades não apenas com o jogo democrático, mas também com a própria gerência dos governos e das políticas a serem desenvolvidas.

Como parte integrante do sistema político brasileiro, é aceitável que no processo eleitoral para a ALEPA, os partidos busquem dentro dos limites das regras, estabelecer estratégias que favoreçam um crescimento na densidade eleitoral de tais partidos com o objetivo de os tornarem competitivos nas disputas eleitorais. Neste sentido, os partidos de esquerda no Pará não destoam do comportamento dos partidos brasileiros quanto ao uso da coligação como instrumento que pode diminuir o trajeto a ser feito na busca por espaços de poder político. Mesmo que tais estratégias estejam dentro do mesmo campo de atuação, o que move os partidos no momento eleitoral é a lógica de maximização de suas votações, ou seja, de apoio eleitoral.

Os cenários locais tem sido importante na configuração da disputa eleitoral nos estados, ou seja, o contexto, as correlações de força, a organização partidária, tudo isso tem influenciado no processo de formação das alianças nos estados. Sendo assim, os partidos de es-

querda não estiveram imunes às especificidades com que as disputas eleitorais se desenvolveram no Pará. E as alianças que foram feitas no período estudado foram fruto do contexto, e de como as forças políticas estavam posicionadas no estado. Desta forma, as alianças que ultrapassaram os limites da dimensão ideológica de esquerda devem ser encaradas como um momento favorável para expandir o recebimento de apoios eleitorais, assim como, a restrição da aliança em algumas eleições para ficar entre os partidos afinados ideologicamente, ou mesmo, saírem isolados de qualquer coligação, não pode deixar de ser vista como uma escolha racional depois de avaliarem o cenário político e os impactos que tais atitudes podem ter de maneira favorável no desempenho dos partidos que assim optaram por disputar as eleições.

Olhando, tanto para a prática coligacionista ou de disputa das eleições para a ALEPA isoladamente pelos partidos de esquerda de 1998 a 2010, e comparando os resultados obtidos no que tange ao número de assentos que conquistaram naquela casa de leis, percebemos que das quarenta e seis (46) vagas conquistadas, somando todo o período estudado, vinte e oito (28) foram conseguidas com a formalização de coligações, enquanto que, as outras dezoito (18) de maneira isolada, ou seja, sem coligarem. Portanto, podemos afirmar, que a prática coligacionista dentro do universo de representantes eleitos para a ALEPA no período estudado foi de fundamental importância para que os partidos de esquerda no Pará mantivesse um desempenho estável com tendência de crescimento da representatividade política na assembleia legislativa local.

Neste sentido, chegamos a algumas conclusões referentes ao comportamento coligacionista dos partidos de esquerda nos processos eleitorais que disputaram no Pará, principalmente nas que se referem às disputas proporcionais para a ALEPA no período de 1998 a 2010. A primeira é a de que, os partidos de esquerda no Pará seguiram uma tendência de participar de coligação nas eleições no estado de forma cada vez mais frequentes, como ocorrera também a nível federal segundo Krause e Godoi (2010), seja para os cargos majoritários como para proporcionais. A segunda, é que essas composições de forças nas coligações proporcionais se deram na maioria das vezes, no caso das disputas no Pará, a partir das disputas majoritárias que estabeleceram os limites para tais partidos formarem suas alianças proporcionais, e com isso possibilitou a identificação, tanto das alianças além da dimensão ideológica da esquerda, bem como, em alguns casos, restrita à mesma.

A terceira é percebida a partir da dicotomia ideológica esquerda e direita, em que, se utilizando da terminologia de autores que se debruçaram na elaboração de um padrão de análise para a tipologia das coligações em termos de consistência e inconsistência, confirmamos que as coligações eleitorais formalizadas pelos partidos de esquerda para a ALEPA no período

do estudado de 1998 a 2010 foram, em sua maioria “inconsistente”. O que, de maneira geral, concluímos que o comportamento de tais partidos no Pará, no que se refere à eleição para o parlamento paraense, obedeceram uma lógica pragmática de alianças com o objetivo de se tornarem competitivos na arena eleitoral, o que demonstra uma profissionalização das elites partidárias em melhor tirar proveito das regras do jogo em proveito de suas estratégias, como atalhos mais seguros na tentativa de alcançar o maior número de representação possível no parlamento local. O que foi confirmado através da comparação do número de cadeiras conseguidas pelos partidos de esquerda quando coligados e/ou isolados, onde se verificou, que coligados, tais partidos conquistaram mais vagas na ALEPA.

Neste sentido, concluímos que a lógica que predominou no processo coligacionista dos partidos de esquerda no Pará entre 1998 a 2010 para a assembleia legislativa do Pará, foi a de um comportamento altamente pragmático em suas estratégias institucionalizadas dentro do sistema eleitoral brasileiro. Desta forma, este comportamento foi generalizado para todo o período estudado, pelo fato de, em todas as eleições havermos identificado alianças que ultrapassavam os limites do espectro da esquerda, e todas elas levando a uma associação com partidos considerados de direita, não ocorrendo nesse período, nenhuma aliança tida como meio-consistente, ou seja, de partidos de um dos extremos esquerda e/ou direita com os que ocupavam uma posição intermediária a essa dicotomia, e apenas duas se enquadraram na terminologia consistente num universo de doze (12) coligações formalizadas.

Embora o número de disputas isoladas, ou seja, sem coligação para a ALEPA tenha sido maior do que as de disputas coligadas, a maioria dos partidos realizaram coligações proporcionais durante o período estudado, o que demonstra que além de uma escolha racional a formalização de coligações é algo conjuntural, ou seja, imersa em contextos específicos. Com exceção para o PSTU e o PDT, o primeiro saindo isolado no majoritário e na proporcional, já o segundo, embora se coligando, mesmo que informalmente numa determinada eleição, na majoritária, disputou isoladamente todas as eleições proporcionais para a ALEPA. Desta forma, percebemos que ocorria uma rotatividade dos partidos que formalizavam essas alianças de eleição para eleição entre seus aliados que melhor estavam situados dentro de uma visão estratégica e racional para se diminuir os possíveis custos da eleição de representantes pelos partidos. Sendo assim, mesmo dentro do mesmo bloco ideológico as alianças que tiveram só os partidos de esquerda como atores, deve ser entendida como estratégica ideológica, pois se conformaram na mesma lógica de maximização do apoio eleitoral por parte da sociedade, nos processos eleitorais.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, M. D. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidários institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 4, p. 43-73, 2010.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- BRASIL. Resolução nº 22.817, de 3.6.2008. **Diário [da] Justiça**, Brasília, DF, 16 jun. 2008. p, 30.
- CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernanda Paula do. As coligações nas eleições para os cargos, senador, deputado federal e deputados estadual no Brasil (1986/2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 4, p. 75-104, jul./dez. 2010.
- DAHL, R. A. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- DANTAS, Humberto. O workshop no Rio de Janeiro: lições de um exercício. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2010.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1967.
- KRAUSE, Silvana. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2010.
- KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2010.
- _____. Estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda no Brasil: uma análise das eleições para governadores (1986-2010). **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 262-297, maio/ago. 2012.
- LIJPHART, A. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MACHADO, Carlos Augusto Mello; MIGUEL, Luis Felipe. Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 6., 2008, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2008. p. 37-58.

MACHADO, Carlos Augusto Mello; MIGUEL, Luís Felipe; TOTTI, Maiara Zaupa; Coligações e prefeituras nas eleições de 2012: ideologia, governo federal e estadual. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu, **Anais...** Belo Horizonte: ANPOCS, 2014. p. 1-29.

MAINWARING, S. **Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais:** o Brasil numa perspectiva comparativa. Revista Novos Estudos, n. 29, p. 34-58, mar. 1991.

MAINWARING, S. et al. **Sistemas Partidários em Novas Democracias:** o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARCHETTI, Vitor. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e a "verticalização" das coligações. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe Miguel (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira:** perfis e tendências. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2010.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar:** migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. Nem tanto o mar nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: ANASTASIA, F.; GUIMARÃES, J.; MELO, C. R. **Modulo II:** Instituições Políticas, Participação e processo de Globalização. Belo Horizonte: Programa Nacional de Conselheiros Nacionais, 2009.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília, DF: UNB, 1982.

MIZUCA, Humberto Dantas de. **Coligações em eleições majoritárias municipais:** a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004. 2007. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia:** um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994). Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, J.; POWER, T. J. (Org.). **Instituições representativas no Brasil:** balanço e reforma. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

NICOLAU, Jairo Marconi; SCHMITT, Rogério Augusto. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 129-147, 1995.

PARÁ. Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de dados eleitorais.** [S.l.]: TSE, 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social-Democracia.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários.** Brasília, DF: UnB, 1982.

SIQUEIRA, Edir Veiga. **Formato e evolução do sistema partidário eleitoral e parlamentar do Pará: uma análise comparada (1945-1962 e 1986-1998)**. 1999. 41 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; CAVALCANTE, Maria Jeanne da Silva. Padrões geográficos das coligações Eleitorais no Brasil: uma análise pela perspectiva ideológica dos Partidos Políticos - 2002 e 2006. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS POLÍTICAS, 36., 2012, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2012. p. 1-23.

SOUZA, M. D. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

TAROUCO, G. D. Institucionalização Partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 4, p. 169-186, 2010.

TAROUCO, G. D.; MADEIRA, R. M. Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 15, p. 1-25, 2011.

_____. Partidos, Programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013.